

第 16 期

## 第二組

澳門特別行政區公報  
由第一組及第二組組成

二零一二年四月二十日，星期五



Número 16

## II

SÉRIE

do *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau, constituído pelas séries I e II

Sexta-feira, 20 de Abril de 2012

# 澳門特別行政區公報 BOLETIM OFICIAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

## 副 刊 SUPLEMENTO

### 目 錄

#### 澳門特別行政區

##### 行政長官辦公室：

- 第18/2012號行政長官公告，命令公佈一九五四年六月四日在紐約簽訂的《關於進口旅遊宣傳資料和材料附加議定書》。..... 4846
- 第19/2012號行政長官公告，命令公佈關於更新聯合國安全理事會利比亞制裁委員會制裁名單的照會。..... 4854
- 第20/2012號行政長官公告，命令作出多項關於一九八七年九月十六日訂於蒙特利爾的《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》的公佈。 4863

### SUMÁRIO

#### REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

##### Gabinete do Chefe do Executivo:

- Aviso do Chefe do Executivo n.º 18/2012, que manda publicar o Protocolo Adicional à Convenção sobre Facilidades Aduaneiras a Favor do Turismo relativo à Importação de Documentos e de Material de Propaganda Turística, feito em Nova Iorque, em 4 de Junho de 1954. .... 4846
- Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2012, que manda publicar a Nota sobre a actualização da lista de sanções do Comité de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a Líbia. .... 4854
- Aviso do Chefe do Executivo n.º 20/2012, que manda efectuar diversas publicações relativas ao Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, concluído em Montreal, em 16 de Setembro de 1987. .... 4863

印務局，澳門官印局街。電話：2857 3822 • 傳真：2859 6802 • 電子郵件：info@io.gov.mo

Imprensa Oficial, Rua da Imprensa Nacional — Macau. Tel.: 2857 3822 • Fax: 2859 6802 • E-mail: info@io.gov.mo  
網址 Website: <http://www.io.gov.mo>

## 澳門特別行政區

## REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

### 行政長官辦公室

### GABINETE DO CHEFE DO EXECUTIVO

#### 第 18/2012 號行政長官公告

#### Aviso do Chefe do Executivo n.º 18/2012

中華人民共和國於一九九九年十月十九日通知作為一九五四年六月四日於紐約簽訂的《關於進口旅遊宣傳資料和材料附加議定書》（下稱“議定書”）保管實體的聯合國秘書長，議定書自一九九九年十二月二十日起繼續適用於澳門特別行政區。

議定書繼續適用於澳門特別行政區的通知書公佈於二零零一年十二月十九日第五十一期《澳門特別行政區公報》第二組。

基於此，行政長官根據澳門特別行政區第3/1999號法律第六條第一款的規定，命令公佈上述議定書的英文正式文本及相應的葡文譯本。

二零一二年四月十日發佈。

行政長官 崔世安

Considerando que a República Popular da China notificou, em 19 de Outubro de 1999, o Secretário-Geral das Nações Unidas, na sua qualidade de depositário do Protocolo Adicional à Convenção sobre Facilidades Aduaneiras a Favor do Turismo relativo à Importação de Documentos e de Material de Propaganda Turística, feito em Nova Iorque, em 4 de Junho de 1954 (Protocolo), sobre a continuação da aplicação do Protocolo na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), com efeitos a partir de 20 de Dezembro de 1999;

Considerando, ainda, que a notificação relativa à continuação da aplicação do Protocolo na RAEM se encontra publicada no *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau n.º 51, II Série, de 19 de Dezembro de 2001;

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 da RAEM, o referido Protocolo, no seu texto autêntico em língua inglesa, acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa.

Promulgado em 10 de Abril de 2012.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

#### Additional Protocol to the Convention concerning Customs Facilities for Touring, relating to the Importation of Tourist Publicity Documents and Material

#### Protocolo Adicional à Convenção sobre Facilidades Aduaneiras a favor do Turismo relativo à Importação de Documentos e de Material de Propaganda Turística

#### THE CONTRACTING STATES,

#### OS ESTADOS CONTRATANTES,

*At the time of the conclusion* of a Convention concerning Customs Formalities for Touring by the United Nations Conference on Customs Formalities for the Temporary Importation of Private Road Motor Vehicles and for Tourism,

*No momento em que* a Conferência das Nações Unidas sobre Formalidades Aduaneiras relativas à Importação Temporária de Veículos de Turismo e ao Turismo acaba de aprovar uma Convenção sobre as Facilidades Aduaneiras a favor do Turismo,

*Desiring* to facilitate also the circulation of tourist publicity documents and material,

*Desejando* facilitar igualmente a circulação de documentos e material de propaganda turística,

*Have agreed* on the following additional provisions:

*Acordaram* nas disposições complementares seguintes:

#### Article 1

#### Artigo 1.º

For the purpose of this Protocol the term “import duties and import taxes” shall mean not only customs duties but also all duties and taxes whatever chargeable by reason of importation.

Para os fins do presente Protocolo, entende-se por «direitos e taxas de entrada» não só os direitos aduaneiros como também quaisquer direitos e taxas cobrados na importação.

#### Article 2

#### Artigo 2.º

Each of the Contracting States shall admit free of import duties and import taxes the following articles provided they are

Desde que provenham de outro Estado contratante e que não haja motivo para reear abuso, cada um dos Estados contra-

imported from another Contracting State and that there is no reason to fear abuse:

(a) Documents (folders, pamphlets, books, magazines, guides, posters framed or unframed, unframed photographs and photographic enlargements, maps whether illustrated or not, printed window transparencies) for free distribution, the chief purpose of which is to encourage the public to visit foreign countries, *inter alia* to attend cultural, touristic, sporting, religious or professional meetings or demonstrations held in such foreign countries, provided these documents do not contain more than 25 per cent private commercial advertising and are obviously designed for general publicity purposes;

(b) Lists and year-books of foreign hotels published or sponsored by official tourist agencies and time-tables of transport services operating abroad, when such documents are for free distribution and do not contain more than 25 per cent private commercial advertising;

(c) Technical material sent to the accredited representatives or correspondents appointed by national official tourist agencies, not intended for distribution, i.e., year-books, telephone directories, lists of hotels, catalogues of fairs, samples of negligible value of handicraft, documentation about museums, universities, spas and similar institutions.

### Article 3

Subject to the conditions laid down in article 4, the following material shall be admitted temporarily free of import duties and import taxes, without entering into a bond in respect of those duties and taxes or depositing those duties and taxes, when imported from one of the Contracting States chiefly for the purpose of encouraging the public to visit that State, *inter alia* to attend cultural, touristic, sporting, religious or professional meetings or demonstrations held in that country:

(a) Material intended for display in the offices of the accredited representatives or correspondents appointed by the official national tourist agencies or in other places approved by the Customs authorities of the country of import: pictures and drawings; framed photographs and photographic enlargements; art books; paintings, engravings or lithographs, sculptures and tapestries and other similar works of art;

(b) Display material (show-cases, stands and similar articles), including electrical and mechanical equipment required for operating such display;

(c) Documentary films, records, tape recordings and other sound recordings intended for use in performances at which no charge is made, but excluding those whose subjects lend themselves to commercial advertising and those which are on general sale in the country of importation;

(d) A reasonable number of flags;

(e) Dioramas, scale models, lantern-slides, printing blocks, photographic negatives;

(f) Specimens, in reasonable numbers, of articles of national handicrafts, local costumes and similar articles of folklore.

tantes permitirá a importação, com dispensa de pagamento de direitos e taxas de entrada, de:

a) Documentos (*dépliants*, folhetos, livros, revistas, guias, cartazes, com ou sem moldura, fotografias e ampliações fotográficas sem moldura, mapas geográficos, ilustrados ou não, e impressos transparentes para vidro) destinados a ser distribuídos gratuitamente e que têm por objectivo essencial levar o público a visitar países estrangeiros, designadamente a aí assistir a reuniões ou manifestações de carácter cultural, turístico, desportivo, religioso ou profissional, contanto que esses documentos não contenham mais de 25 por cento de publicidade comercial particular e que o seu objectivo de propaganda de carácter geral seja evidente;

b) Listas e anuários de hotéis estrangeiros publicados pelos organismos oficiais de turismo ou sob os seus auspícios e os horários dos serviços de transporte explorados no estrangeiro, quando esses documentos sejam destinados a ser distribuídos gratuitamente e não contenham mais de 25 por cento de publicidade comercial particular;

c) Material técnico enviado aos representantes acreditados e aos correspondentes designados por organismos oficiais nacionais de turismo que não seja destinado a ser distribuído, tais como anuários, listas de assinantes telefónicos, listas de hotéis, catálogos de feiras, amostras de produtos do artesanato, de valor insignificante, documentação sobre museus, universidades, estâncias termais ou outras instituições análogas.

### Artigo 3.º

Sob reserva das condições previstas no artigo 4.º, permitir-se-á, com dispensa de pagamento de direitos e taxas de entrada, e sem se exigir a garantia desses direitos e taxas prestada por depósito ou fiança, a importação temporária, de um dos Estados contratantes, do material abaixo indicado que tenha por objectivo essencial levar o público a visitar esses Estados, designadamente a aí assistir a reuniões ou manifestações de carácter cultural, turístico, desportivo, religioso ou profissional:

a) Objectos destinados a serem expostos nos escritórios dos representantes acreditados ou dos correspondentes designados por organismos oficiais nacionais de turismo ou noutros locais aprovados pelas autoridades aduaneiras do país de importação: quadros e desenhos; fotografias e ampliações fotográficas emolduradas; livros de arte; pinturas, gravuras ou litografias, esculturas e tapeçarias e outras obras de arte similares;

b) Material de exposição (escaparates, suportes e objectos similares), incluindo os aparelhos eléctricos ou mecânicos necessários ao seu funcionamento;

c) Filmes documentais, discos, fitas magnéticas gravadas e outras gravações sonoras, destinadas a sessões gratuitas, com exclusão daqueles cujo assunto vise a propaganda comercial e daqueles que são correntemente postos à venda ao público no país de importação;

d) Bandeiras em número razoável;

e) Dioramas, maquetas, diapositivos, placas de impressão, negativos fotográficos;

f) Amostras, em número razoável, de produtos do artesanato nacional, de trajes regionais e outros artigos similares de carácter folclórico.

**Article 4**

1. The facilities mentioned in article 3 shall be granted on the following conditions:

(a) The material must be despatched either by an official tourist agency or by a national tourist publicity agency affiliated therewith. Proof shall be furnished by presenting to the Customs authorities of the country of import a declaration made out in accordance with the model in the annex to this Protocol by the despatching agency;

(b) The material must be imported for and on the responsibility of either the accredited representative of the official national tourist agency of the country of despatch or of the correspondent appointed by the aforesaid agency and approved by the Customs authorities of the country of import. The responsibility of the accredited representative of the approved correspondent includes in particular the payment of the import duties and taxes, which will be chargeable if the conditions laid down in this Protocol are not fulfilled;

(c) The material imported must be re-exported without alteration by the importing agency. If the material granted temporary free admission is destroyed in accordance with the conditions laid down by the Customs authorities, the importer shall nevertheless be freed from the obligation to re-export.

2. The privilege of temporary free admission shall be granted for a period of at least twelve months.

**Article 5**

In the event of fraud, contravention or abuse, the Contracting States shall be free to take proceedings for the recovery of the corresponding import duties and import taxes and also for the imposition of any penalties to which the persons who have been granted exemptions or other facilities may have rendered themselves liable.

**Article 6**

Any breach of the provisions of this Protocol, any substitution, false declaration or act having the effect of causing a person or an article improperly to benefit from the system of importation laid down in this Protocol may render the offender liable to the penalties prescribed by the laws of the country in which the offence was committed.

**Article 7**

1. The Contracting States undertake not to impose prohibitions of an economic character with respect to the material referred to in the present Protocol and to withdraw progressively such prohibitions of that kind as may still be in force.

2. The provisions of the present Protocol, however, shall not prejudice the application of the laws and regulations relating to the importation of certain articles when such laws and regulations impose prohibitions which are based on considerations of public morality, public security, public health or hygiene.

**Artigo 4.º**

1. As facilidades previstas no artigo 3.º serão concedidas nas condições seguintes:

a) O material deve ser expedido, quer por um organismo oficial de turismo, quer por um organismo nacional de propaganda turística dele dependente, o que será justificado pela apresentação, às autoridades aduaneiras do país de importação, de um atestado, conforme o modelo anexo ao presente Protocolo, passado pelo organismo remetente;

b) O material deverá ser destinado, quer ao representante acreditado do organismo oficial nacional de turismo do país remetente, quer ao correspondente designado por esse organismo e aprovado pelas autoridades aduaneiras do país de importação, e importado sob a responsabilidade desse representante ou correspondente. Esta responsabilidade estende-se, designadamente, ao pagamento dos direitos e taxas de entrada que seriam exigíveis no caso de não serem preenchidas as condições previstas no presente Protocolo;

c) O material importado deverá ser reexportado da mesma forma pelos organismos importadores; no entanto, a inutilização desse material, efectuada nas condições fixadas pelas autoridades aduaneiras, exonera o importador da obrigação de o reexportar.

2. O privilégio da importação temporária, com dispensa de pagamento de direitos e taxas de entrada, será concedido por um período não inferior a doze meses.

**Artigo 5.º**

No caso de fraude, contravenção ou abuso, os Estados contratantes têm o direito de tomar as medidas necessárias para a cobrança dos direitos e taxas de entrada eventualmente devidos e de impor as sanções em que tiverem incorrido as pessoas que beneficiaram das isenções e outras facilidades.

**Artigo 6.º**

Qualquer infracção ao disposto no presente Protocolo, qualquer substituição, falsa declaração ou manobra que tenha por efeito conceder a uma pessoa ou objecto o benefício indevido do regime de importação previsto no presente Protocolo, expõe o infractor, no país em que a infracção for praticada, às sanções consignadas na legislação desse país.

**Artigo 7.º**

1. Os Estados contratantes comprometem-se a não impor proibições de carácter económico em relação ao material visado no presente Protocolo e a suprimir progressivamente as proibições dessa natureza que ainda estejam em vigor.

2. As disposições do presente Protocolo não prejudicarão, no entanto, a aplicação das leis e regulamentos referentes à importação de certos objectos quando essas leis e regulamentos prevejam proibições baseadas em motivos de moralidade pública, de segurança pública, de higiene ou de saúde pública.

**Article 8**

1. This Protocol shall be open for signature until 31 December 1954 on behalf of any State Member of the United Nations and any other State invited to attend the United Nations Conference on Customs Formalities for the Temporary Importation of Private Road Motor Vehicles and for Tourism held in New York in May and June 1954, hereinafter referred to as the Conference.

2. This Protocol shall be subject to ratification and the instruments of ratification shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations.

**Article 9**

1. From 1 January 1955 this Protocol shall be open for accession by any State referred to in paragraph 1 of article 8 and any other State so invited by the Economic and Social Council of the United Nations. It shall also be open for accession on behalf of any Trust Territory of which the United Nations is the Administering Authority.

2. Accession shall be effected by the deposit of an instrument of accession with the Secretary-General of the United Nations.

**Article 10**

1. This Protocol shall enter into force on the ninetieth day following the date of the deposit of the fifth instrument of ratification or accession either without reservation or with reservations accepted in accordance with article 14.

2. For each State ratifying or acceding to the Protocol after the date of the deposit of the fifth instrument of ratification or accession in accordance with the preceding paragraph, the Protocol shall enter into force on the ninetieth day following the date of the deposit by such State of its instrument of ratification or accession either without reservation or with reservations accepted in accordance with article 14.

**Article 11**

1. After this Protocol has been in force for three years, any Contracting State may denounce it by so notifying the Secretary-General of the United Nations.

2. Denunciation shall take effect fifteen months after the date of receipt by the Secretary-General of the United Nations of the notification of denunciation.

**Article 12**

This Protocol shall cease to have effect if, for any period of twelve consecutive months after its entry into force, the number of Contracting States is less than two.

**Article 13**

1. Any State may, at the time of the deposit of its instrument of ratification or accession or at any time thereafter, declare by

**Artigo 8.º**

1. O presente Protocolo ficará aberto, até 31 de Dezembro de 1954, à assinatura de qualquer Estado Membro da Organização das Nações Unidas e de qualquer outro Estado convidado a participar na Conferência das Nações Unidas sobre formalidades aduaneiras relativas à importação temporária de veículos de turismo e ao turismo, realizada em Nova Iorque em Maio e Junho de 1954 e abaixo designada por «Conferência».

2. O presente Protocolo deverá ser ratificado e os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

**Artigo 9.º**

1. A partir de 1 de Janeiro de 1955, qualquer dos Estados mencionados no n.º 1 do artigo 8.º e qualquer outro Estado que para tal tenha sido convidado pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas poderá aderir ao presente Protocolo. Será igualmente possível a adesão em nome de qualquer território sob tutela confiado à administração das Nações Unidas.

2. A adesão será feita mediante depósito de um instrumento de adesão junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

**Artigo 10.º**

1. O presente Protocolo entrará em vigor no nonagésimo dia seguinte à data do depósito do quinto instrumento de ratificação ou adesão, quer sem reservas, quer com reservas aceites nas condições previstas no artigo 14.º

2. Para cada Estado que o tiver ratificado ou a ele tiver aderido depois da data de depósito do quinto instrumento de ratificação ou adesão previsto no número anterior, o Protocolo entrará em vigor no nonagésimo dia seguinte à data do depósito, por esse Estado, do seu instrumento de ratificação ou adesão, quer sem reservas, quer com reservas aceites de harmonia com as condições previstas no artigo 14.º

**Artigo 11.º**

1. Depois de o presente Protocolo ter estado em vigor durante três anos, qualquer Estado contratante poderá denunciá-lo por meio de notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

2. A denúncia tornar-se-á efectiva quinze meses depois da data em que o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas tenha recebido a notificação.

**Artigo 12.º**

O presente Protocolo deixará de produzir os seus efeitos se, em qualquer altura depois da sua entrada em vigor, o número dos Estados contratantes for inferior a dois durante um período de doze meses consecutivos.

**Artigo 13.º**

1. Qualquer Estado poderá, na altura do depósito do seu instrumento de ratificação ou adesão, ou, ulteriormente, em

notification addressed to the Secretary-General of the United Nations that this Protocol shall extend to all or any of the territories for the international relations of which it is responsible. The Protocol shall extend to the territories named in the notification as from the ninetieth day after its receipt by the Secretary-General if the notification is not accompanied by a reservation, or from the ninetieth day after the notification has taken effect in accordance with article 14, or on the date on which the Protocol enters into force for the State concerned, whichever is the later.

2. Any State which has made a declaration under the preceding paragraph, extending this Protocol to any territory for whose international relations it is responsible, may denounce the Protocol separately in respect of that territory in accordance with the provisions of article 11.

#### Article 14

1. Reservations to this Protocol made before the signing of the Final Act shall be admissible if they have been accepted by a majority of the members of the Conference and recorded in the Final Act.

2. Reservations made after the signing of the Final Act shall not be admitted if objection is expressed by one-third of the signatory States or of the Contracting States as hereinafter provided.

3. The text of any reservation submitted to the Secretary-General of the United Nations by a State at the time of the signature, the deposit of an instrument of ratification or accession or of any notification under article 13 shall be circulated by the Secretary-General to all States which have at that time signed, ratified or acceded to the Protocol. If one-third of these States expresses an objection within ninety days from the date of circulation, the reservation shall not be accepted. The Secretary-General shall notify all States referred to in this paragraph of any objection received by him as well as of the acceptance or rejection of the reservation.

4. An objection by a State which has signed but not ratified the Protocol shall cease to have effect if, within a period of nine months from the date of making its objection, the objecting State has not ratified the Protocol. If, as the result of an objection ceasing to have effect, a reservation is accepted by application of the preceding paragraph, the Secretary-General shall so inform the States referred to in that paragraph. The text of any reservation shall not be circulated to any signatory State under the preceding paragraph if that State has not ratified the Protocol within three years following the date of signature on its behalf.

5. The State submitting the reservation may, within a period of twelve months from the date of the notification by the Secretary-General referred to in paragraph 3 that a reservation has been rejected in accordance with the procedure provided for in that paragraph, withdraw the reservation, in which case the instrument of ratification or accession or the notification under article 13 as the case may be shall take effect with respect to such State as from the date of withdrawal. Pending such withdrawal, the instrument or the notification, as the case may be, shall not

qualquer altura, declarar, por meio de notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, que o presente Protocolo será aplicável à totalidade ou parte dos territórios que representa no plano internacional. O Protocolo será aplicável aos territórios mencionados na notificação, quer a partir do nonagésimo dia depois da recepção dessa notificação pelo Secretário-Geral, se a notificação não incluir qualquer reserva, quer a partir do nonagésimo dia posterior à data em que a notificação se tiver tornado efectiva, de harmonia com o artigo 14.º, quer na data em que o Protocolo tiver entrado em vigor para o Estado em questão, no caso de esta ser posterior.

2. Qualquer Estado que, de harmonia com o número anterior, tiver feito uma declaração no sentido de tornar o presente Protocolo aplicável a um território que represente no plano internacional poderá, em conformidade com o artigo 11.º, denunciar o Protocolo unicamente em relação a esse território.

#### Artigo 14.º

1. As reservas feitas ao presente Protocolo antes da assinatura da Acta final serão admitidas se forem aceites pela Conferência, por maioria dos seus membros, e consignadas na Acta final.

2. As reservas ao presente Protocolo apresentadas depois da assinatura da Acta final não serão admitidas se um terço dos Estados signatários ou dos Estados contratantes opuser quaisquer objecções nas condições abaixo mencionadas.

3. O texto de qualquer reserva apresentada por um Estado ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas quando de uma assinatura, do depósito de um instrumento de ratificação ou adesão ou de qualquer notificação prevista no artigo 13.º será comunicado pelo Secretário-Geral a todos os Estados que tiverem assinado ou ratificado o Protocolo ou a ele tiverem aderido. A reserva não será aceite se um terço desses Estados formular uma objecção dentro de um prazo de noventa dias, a contar da data da comunicação. O Secretário-Geral informará todos os Estados visados no presente número de qualquer objecção que lhe tenha sido notificada, assim como de aceitação ou rejeição da reserva.

4. Qualquer objecção formulada por um Estado que tenha assinado o Protocolo, mas que não o tenha ratificado, cessará de ter efeito se o Estado que a formulou não ratificar o Protocolo no prazo de nove meses, a contar da referida objecção. Se o facto de uma objecção deixar de ter efeito tiver como consequência a aceitação da reserva, de harmonia com o número anterior, o Secretário-Geral comunicá-lo-á aos Estados mencionados nesse número. Não obstante o disposto no número anterior, o texto de uma reserva não será comunicado a um Estado signatário que não tenha ratificado o Protocolo dentro dos três anos seguintes à data da assinatura aposta em seu nome.

5. O Estado que apresentar a reserva poderá retirá-la num prazo de doze meses, a contar da data da comunicação do Secretário-Geral, nos termos do n.º 3, anunciando a rejeição da reserva, segundo o processo previsto nesse número. O instrumento de ratificação ou adesão ou, conforme o caso, a notificação prevista no artigo 13.º produzirá então efeito, em relação a esse Estado, a contar da data da retirada. Até que a reserva seja retirada, o instrumento ou, conforme o caso, a notificação ficará

have effect, unless, by application of the provisions of paragraph 4, the reservation is subsequently accepted.

6. Reservations accepted in accordance with this article may be withdrawn at any time by notification to the Secretary-General.

7. No Contracting State shall be required to extend to a State making a reservation the benefit of the provisions to which such reservation applies. Any State availing itself of this right shall notify the Secretary-General accordingly and the latter shall communicate this decision to all signatory and Contracting States.

#### Article 15

1. Any dispute between two or more Contracting States concerning the interpretation or application of this Protocol shall so far as possible be settled by negotiation between them.

2. Any dispute which is not settled by negotiation shall be submitted to arbitration if any one of the Contracting States in dispute so requests and shall be referred accordingly to one or more arbitrators selected by agreement between the States in dispute. If within three months from the date of the request for arbitration the States in dispute are unable to agree on the selection of an arbitrator or arbitrators any of those States may request the President of the International Court of Justice to nominate a single arbitrator to whom the dispute shall be referred for decision.

3. The decision of the arbitrator or arbitrators appointed under the preceding paragraph shall be binding on the Contracting States concerned.

#### Article 16

1. After this Protocol has been in force for three years, any Contracting State may, by notification to the Secretary-General of the United Nations, request that a conference be convened for the purpose of reviewing the Protocol. The Secretary-General shall notify all Contracting States of the request and a review conference shall be convened by the Secretary-General if, within a period of four months following the date of notification by the Secretary-General, not less than one-half of the Contracting States notify him of their concurrence with the request.

2. If a conference is convened in accordance with the preceding paragraph, the Secretary-General shall notify all Contracting States and invite them to submit within a period of three months such proposals as they may wish the conference to consider. The Secretary-General shall circulate to all Contracting States the provisional agenda for the conference together with the texts of such proposals at least three months before the date on which the conference is to meet.

3. The Secretary-General shall invite to any conference convened in accordance with this article all Contracting States and all other States Members of the United Nations or of any of the specialized agencies.

sem efeito, a menos que a reserva seja ulteriormente aceite, nos termos do disposto no n.º 4.

6. As reservas aceites de harmonia com o presente artigo poderão ser retiradas em qualquer altura por meio de notificação dirigida ao Secretário-Geral.

7. Os Estados contratantes não são obrigados a conceder ao Estado autor de uma reserva as vantagens previstas nas disposições do Protocolo que foram objecto da referida reserva. Qualquer Estado que recorra a essa faculdade dará desse facto conhecimento ao Secretário-Geral, o qual, por sua vez, informará todos os Estados signatários e contratantes.

#### Artigo 15.º

1. Qualquer controvérsia entre dois ou mais Estados contratantes, quanto à interpretação ou aplicação do presente Protocolo, será resolvida, na medida do possível, por via de negociações entre os Estados em litígio.

2. Qualquer controvérsia que não tenha sido resolvida por via de negociações será submetida a arbitragem, a requerimento de qualquer dos Estados contratantes em litígio, e será, consequentemente, submetida a um ou mais árbitros escolhidos de comum acordo pelos Estados em litígio. Se dentro do prazo de três meses, a contar do pedido de arbitragem, os Estados em litígio não chegarem a acordo quanto à escolha do árbitro ou árbitros, qualquer desses Estados poderá solicitar ao presidente do Tribunal Internacional de Justiça que designe um árbitro único perante o qual a controvérsia será submetida para resolução.

3. A decisão do árbitro ou árbitros designados de harmonia com o número anterior será obrigatória para os Estados contratantes interessados.

#### Artigo 16.º

1. Depois de o presente Protocolo ter estado em vigor durante três anos, qualquer Estado contratante poderá, por meio de notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, requerer a convocação de uma conferência, com o fim de rever o presente Protocolo. O Secretário-Geral notificará esse requerimento a todos os Estados contratantes e convocará uma conferência de revisão se, no prazo de quatro meses, a contar da data da notificação por ele enviada, metade, pelo menos, dos Estados contratantes lhe comunicar o seu acordo.

2. Se for convocada uma conferência, de harmonia com o número anterior, o Secretário-Geral comunicá-lo-á a todos os Estados contratantes e convidá-los-á a apresentar, num prazo de três meses, as propostas que desejem ver examinadas pela Conferência. O Secretário-Geral comunicará a todos os Estados contratantes a agenda provisória da Conferência, assim como o texto dessas propostas, três meses, pelo menos, antes da data da abertura da Conferência.

3. O Secretário-Geral convidará, para qualquer conferência convocada nos termos do presente artigo, todos os Estados contratantes e todos os outros Estados Membros da Organização das Nações Unidas ou de uma das suas instituições especializadas.

**Article 17**

1. Any Contracting State may propose one or more amendments to this Protocol. The text of any proposed amendment shall be transmitted to the Secretary-General of the United Nations who shall circulate it to all Contracting States.

2. Any proposed amendment circulated in accordance with the preceding paragraph shall be deemed to be accepted if no Contracting State expresses an objection within a period of six months following the date of circulation of the proposed amendment by the Secretary-General.

3. The Secretary-General shall notify as soon as possible all Contracting States whether an objection to the proposed amendment has been expressed, and if no such objection has been expressed, the amendment shall enter into force for all Contracting States three months after the expiration of the period of six months referred to in the preceding paragraph.

**Article 18**

The Secretary-General of the United Nations shall notify all Member States of the United Nations and all other States invited to attend the Conference of the following:

- (a) Signatures, ratifications and accessions, received in accordance with articles 8 and 9;
- (b) The date upon which this Protocol shall enter into force in accordance with article 10;
- (c) Denunciations received in accordance with article 11;
- (d) The abrogation of this Protocol in accordance with article 12;
- (e) Notifications received under article 13;
- (f) Entry into force of any amendment in accordance with article 17.

**Article 19**

The original of this Protocol shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations who shall transmit certified copies thereof to all Members of the United Nations and all other States invited to the Conference.

IN WITNESS WHEREOF the undersigned, being duly authorized thereto, have signed this Protocol.

DONE at New York, this fourth day of June one thousand nine hundred and fifty-four, in a single copy in the English, French and Spanish languages, each text being equally authentic.

The Secretary-General is requested to prepare an authoritative translation of this Protocol in the Chinese and Russian languages and to add the Chinese and Russian texts to the English, French and Spanish texts when transmitting certified copies thereof to the States in accordance with article 19 of this Protocol.

**Artigo 17.º**

1. Qualquer Estado contratante poderá propor uma ou várias emendas ao presente Protocolo. O texto de qualquer projecto de emenda será comunicado ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, que, por sua vez, o transmitirá a todos os Estados contratantes.

2. Qualquer projecto de emenda que tenha sido transmitido, de harmonia com o número anterior, será considerado aceite se nenhum dos Estados contratantes formular qualquer objecção dentro de um prazo de seis meses, a contar da data em que o Secretário-Geral tiver transmitido o projecto de emenda.

3. O Secretário-Geral dará a conhecer a todos os Estados contratantes, com a maior brevidade possível, qualquer objecção que tenha sido formulada contra o projecto de emenda e, na ausência de qualquer objecção, a emenda entrará em vigor para todos os Estados contratantes três meses depois de expirado o prazo de seis meses mencionado no número anterior.

**Artigo 18.º**

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas notificará a todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e a todos os outros Estados convidados a participar na Conferência:

- a) As assinaturas, ratificações e adesões recebidas nos termos dos artigos 8.º e 9.º;
- b) A data em que o presente Protocolo entrará em vigor, de harmonia com o artigo 10.º;
- c) As denúncias recebidas nos termos do artigo 11.º;
- d) A abrogação do presente Protocolo em conformidade com o artigo 12.º;
- e) As notificações recebidas de harmonia com o artigo 13.º;
- f) A entrada em vigor de qualquer emenda de harmonia com o artigo 17.º

**Artigo 19.º**

O original do presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, que dele transmitirá cópias devidamente autenticadas a todos os Membros da Organização das Nações Unidas e a todos os outros Estados convidados a participar na Conferência.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, para tal devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

FEITO em Nova Iorque, em 4 de Junho de 1954, num único exemplar, em línguas inglesa, espanhola e francesa, fazendo igualmente fé os três textos.

O Secretário-Geral é convidado a mandar executar uma tradução do presente Protocolo nas línguas chinesa e russa, fazendo fé, e a juntar os textos chinês e russo aos textos inglês, espanhol e francês quando transmitir aos Estados as cópias autenticadas mencionadas no artigo 19.º do presente Protocolo.



ANNEX

**Model Declaration**

(To be made out in the language of the exporting country with a translation into English or French)

DECLARATION

*for the Temporary Free Admission of tourist publicity material, without entering into a bond in respect of import duties and import taxes or depositing such duties or taxes*

The (name of organization) is forwarding herewith the following tourist publicity material, addressed to its accredited representative (or the approved correspondent) whose name appears below, for temporary importation, on condition that it shall be re-exported within a period of twelve months and that it will be used solely for the purpose of inducing tourists to visit the country exporting the material.

The (name of organization) undertakes not to dispose of, either gratis or against payment, the articles temporarily imported without the consent of the Customs Administration of the country importing the material and without having first complied with any formalities required by that Administration.

This material is imported temporarily on the responsibility and against the guarantee of the accredited representative or the approved correspondent whose name appears below.

(a) List of the material:

.....  
.....  
.....  
.....

(b) Name and address of the accredited representative or correspondent to whom the material is consigned:

.....  
.....

*[Date, signature and stamp  
of the official national tourist  
Agency of the country of dispatch]*

## ANEXO

**Modelo de atestado**

(A redigir na língua do país de exportação com a tradução em inglês e francês)

**ATESTADO**

*Para Importação Temporária de material de propaganda turística, com dispensa de pagamento e de garantia de direitos e taxas de entrada*

O (A) (nome da entidade) remete, juntamente com o presente atestado, o material de propaganda turística abaixo discriminado, destinado ao representante acreditado (ou correspondente autorizado) para efeito de importação temporária, com o compromisso de reexportação num prazo de doze meses. Esta remessa destina-se exclusivamente a estimular os turistas a visitarem o país de exportação do referido material.

O (A) (nome da entidade) compromete-se a não ceder este material, a título gracioso ou oneroso, sem o consentimento da alfândega do país de importação do mesmo e sem o prévio cumprimento das formalidades que essa alfândega possa exigir.

Esta importação temporária é efectuada sob a responsabilidade e a garantia do representante acreditado ou do correspondente autorizado abaixo mencionado.

a) Relação do material:

...  
...  
...  
...

b) Nome e morada do representante acreditado ou do correspondente autorizado a quem o material é destinado:

...  
...

(Data, assinatura e chancela do organismo oficial nacional do turismo do país expedidor).

**第 19/2012 號行政長官公告****Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2012**

鑑於中央人民政府命令在澳門特別行政區執行聯合國安全理事會關於非洲和平與安全的第1970（2011）號決議及關於利比亞局勢的第1973（2011）號決議和第2009（2011）號決議；

又鑑於第1970（2011）號決議所設委員會於二零一一年十二月十六日對受第1970（2011）號決議第15段及/或第17段或

Considerando que o Governo Popular Central ordenou a aplicação na Região Administrativa Especial de Macau das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1970 (2011), relativa à paz e segurança em África, n.º 1973 (2011) e n.º 2009 (2011), relativas à situação na Líbia;

Mais considerando que, em 16 de Dezembro de 2011, o Comité estabelecido pela Resolução n.º 1970 (2011) procedeu a

第1973 (2011) 號決議第19段規定措施管制的個人名單，以及受經第2009 (2011) 號決議第15段修改的第1970 (2011) 號決議第17段或第1973 (2011) 號決議第19段規定措施管制的實體名單作出更新；

行政長官根據澳門特別行政區第3/1999號法律第六條第一款的規定，命令公佈關於上述更新的照會的英文原文及相應的葡文譯本。

二零一二年四月十日發佈。

行政長官 崔世安

**SECURITY COUNCIL COMMITTEE ESTABLISHED  
PURSUANT TO RESOLUTION 1970 (2011)  
CONCERNING LIBYA**

**LIST OF INDIVIDUALS AND ENTITIES**

**List of Individuals Subject to the Measures Imposed by  
Paragraph 15 of Resolution 1970 (2011) (the Travel Ban)  
and/or Paragraph 17 of Resolution 1970 (2011) or Paragraph 19  
of Resolution 1973 (2011) (the Assets Freeze)**

On 26 February 2011, the Security Council adopted resolution 1970 (2011), paragraph 15 of which reads as follows:

*“Travel ban*

15. *Decides* that all Member States shall take the necessary measures to prevent the entry into or transit through their territories of individuals listed in Annex I of this resolution or designated by the Committee established pursuant to paragraph 24 below, provided that nothing in this paragraph shall oblige a State to refuse its own nationals entry into its territory;”

Exemptions to the travel ban are set out in paragraph 16 of the same resolution.

Paragraph 17 of resolution 1970 (2011) reads as follows:

*“Asset freeze*

17. *Decides* that all Member States shall freeze without delay all funds, other financial assets and economic resources which are on their territories, which are owned or controlled, directly or indirectly, by the individuals or entities listed in annex II of this resolution or designated by the Committee established pursuant to paragraph 24 below, or by individuals or entities acting on their behalf or at their direction, or by entities owned or controlled by them, and decides further that all Member States shall ensure that any funds, financial assets or economic resources

actualizações da lista das pessoas singulares sujeitas às medidas impostas nos n.ºs 15 e/ou 17 da Resolução n.º 1970 (2011) ou no n.º 19 da Resolução n.º 1973 (2011), e da lista das entidades sujeitas às medidas impostas no n.º 17 da Resolução n.º 1970 (2011) ou no n.º 19 da Resolução n.º 1973 (2011), tal como modificadas pelo n.º 15 da Resolução n.º 2009 (2011);

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 da Região Administrativa Especial de Macau, a Nota relativa às referidas actualizações, na sua versão original em língua inglesa, acompanhada da respectiva tradução para a língua portuguesa.

Promulgado em 10 de Abril de 2012.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

**COMITÉ DO CONSELHO DE SEGURANÇA  
ESTABELECIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO  
N.º 1970 (2011) SOBRE A LÍBIA**

**LISTA DAS PESSOAS SINGULARES E ENTIDADES**

**Lista das pessoas singulares sujeitas às medidas impostas no  
n.º 15 da Resolução n.º 1970 (2011) (proibição de viajar) e/ou  
no n.º 17 da Resolução n.º 1970 (2011) ou no n.º 19 da Resolu-  
ção n.º 1973 (2011) (congelamento de bens)**

Em 26 de Fevereiro de 2011, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução n.º 1970 (2011), cujo n.º 15 tem a seguinte redacção:

*«Proibição de viajar*

15. *Decide* que todos os Estados Membros devem adoptar as medidas necessárias para impedir a entrada ou trânsito nos seus territórios das pessoas enumeradas no Anexo I da presente Resolução ou designadas pelo Comité estabelecido nos termos do n.º 24 *infra*, entendendo-se que nenhuma das disposições do presente número obriga um Estado a recusar a entrada dos seus próprios nacionais no seu território;»

As excepções à proibição de viajar estão enumeradas no n.º 16 da mesma resolução.

O n.º 17 da Resolução n.º 1970 (2011) tem a seguinte redacção:

*«Congelamento de bens*

17. *Decide* que todos os Estados Membros devem congelar imediatamente todos os fundos, outros activos financeiros e recursos económicos que se encontrem nos seus territórios e que sejam propriedade ou que estejam sob o controlo, directa ou indirectamente, das pessoas ou entidades enumeradas no Anexo II da presente Resolução ou designadas pelo Comité estabelecido nos termos do n.º 24 *infra*, ou de pessoas ou entidades agindo em seu nome ou sob as suas instruções, ou de entidades que sejam sua propriedade ou estejam sob o seu controlo, e decide igualmente que todos os Estados Membros devem assegurar que os seus nacionais ou quaisquer outras pessoas que se encontrem nos seus territórios não coloquem fundos, activos

are prevented from being made available by their nationals or by any individuals or entities within their territories, to or for the benefit of the individuals or entities listed in Annex II of this resolution or individuals designated by the Committee;”

Exemptions to the assets freeze are set out in paragraphs 19, 20 and 21 of the same resolution.

Subsequently, on 17 March 2011, the Security Council adopted resolution 1973 (2011), paragraph 19 of which reads as follows:

“*Asset freeze*

19. *Decides* that the asset freeze imposed by paragraph 17, 19, 20, and 21 of resolution 1970 (2011) shall apply to all funds, other financial assets and economic resources which are on their territories, which are owned or controlled, directly or indirectly, by the Libyan authorities, as designated by the Committee, or by individuals or entities acting on their behalf or at their direction, or by entities owned or controlled by them, as designated by the Committee, and *decides further* that all States shall ensure that any funds, financial assets or economic resources are prevented from being made available by their nationals or by any individuals or entities within their territories, to or for the benefit of the Libyan authorities, as designated by the Committee, or individuals or entities acting on their behalf or at their direction, or entities owned or controlled by them, as designated by the Committee, and directs the Committee to designate such Libyan authorities, individuals, or entities within 30 days of the date of the adoption of this resolution and as appropriate thereafter;”

The following individuals are listed as subject to the travel ban:

Number	Name	Justification	Identifiers
1	Al-Baghdadi, Dr Abdulqader Mohammed  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970)	Head of the Liaison Office of the Revolutionary Committees. Revolutionary Committees involved in violence against demonstrators.	Passport number: B010574 <b>DOB:</b> 1 July 1950
2	Dibri, Abdulqader Yusef  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970)	Head of Muammar Qadhafi's personal security. Responsibility for regime security. History of directing violence against dissidents.	<b>DOB:</b> 1946 <b>POB:</b> Houn, Libya

financeiros nem recursos económicos à disposição das pessoas ou entidades enumeradas no Anexo II da presente Resolução ou de pessoas designadas pelo Comité, nem permitam que os mesmos sejam utilizados em seu benefício;»

As excepções ao congelamento de bens estão enumeradas nos números 19, 20 e 21 da mesma resolução.

Posteriormente, em 17 de Março de 2011, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução n.º 1973 (2011), cujo n.º 19 tem a seguinte redacção:

«*Congelamento de bens*

19. Decide que o congelamento de bens imposto nos números 17, 19, 20 e 21 da Resolução n.º 1970 (2011) se aplica aos fundos, outros activos financeiros e recursos económicos que se encontrem nos seus territórios e que sejam propriedade ou que estejam sob o controlo, directa ou indirectamente, das autoridades líbias, tal como designadas pelo Comité, ou de pessoas ou entidades agindo em seu nome ou sob as suas instruções, ou de entidades que sejam sua propriedade ou estejam sob o seu controlo, tal como designadas pelo Comité, e decide igualmente que todos os Estados devem assegurar que os seus nacionais ou outras pessoas e entidades que se encontrem nos seus territórios não coloquem fundos, activos financeiros ou recursos económicos à disposição das autoridades líbias, tal como designadas pelo Comité, ou de pessoas ou entidades agindo em seu nome ou sob as suas instruções, ou de entidades que sejam sua propriedade ou que estejam sob o seu controlo, tal como designadas pelo Comité, nem permitam que os mesmos sejam utilizados em seu benefício; e dá instruções ao Comité para designar tais autoridades líbias, pessoas ou entidades no prazo de 30 dias a partir da data da adopção da presente Resolução e, a partir daí, conforme necessário;»

As seguintes pessoas singulares estão inseridas na lista como estando sujeitas à proibição de viajar:

Número	Nome	Justificação	Identificadores
1.	Al-Baghdadi, Dr Abdulqader Mohammed  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970)	Chefe do Gabinete de Ligação dos Comités Revolucionários. Comités Revolucionários envolvidos em actos de violência contra manifestantes.	Número de passaporte: B010574 <b>Data de nascimento:</b> 01/07/1950
2.	Dibri, Abdulqader Yusef  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970)	Chefe da segurança pessoal de Muammar Qadhafi. Responsabilidade na segurança do regime. Antecedentes de ter ordenado actos de violência contra dissidentes.	<b>Data de nascimento:</b> 1946 <b>Local de nascimento:</b> Houn, Líbia

<i>Number</i>	<i>Name</i>	<i>Justification</i>	<i>Identifiers</i>
3	Qadhaf Al-dam, Sayyid Mohammed  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970)	Cousin of Muammar Qadhafi. In the 1980s, Sayyid was involved in the dissident assassination campaign and allegedly responsible for several deaths in Europe. He is also thought to have been involved in arms procurement.	<b>DOB:</b> 1948 <b>POB:</b> Sirte, Libya
4	QUREN SALIH QUREN AL QADHAFI  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970)	Libyan Ambassador to Chad. Has left Chad for Sabha. Involved directly in recruiting and coordinating mercenaries for the regime.	
5	Colonel AMID HUSAIN AL KUNI  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970)	Governor of Ghat (South Libya). Directly involved in recruiting mercenaries.	

<i>Número</i>	<i>Nome</i>	<i>Justificação</i>	<i>Identificadores</i>
3.	Qadhaf Al-dam, Sayyid Mohammed  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970)	Primo de Muammar Qadhafi. Na década de 1980, Sayyid participou na campanha de assassinio de dissidentes, tendo sido alegadamente responsável por várias mortes na Europa. Suspeito de participação na aquisição de armamento.	<b>Data de nascimento:</b> 1948 <b>Local de nascimento:</b> Sirte, Líbia
4.	QUREN SALIH QUREN AL QADHAFI  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970)	Embaixador líbio no Chade. Abandonou o Chade para ir para Sabha. Participou directamente no recrutamento e na coordenação de mercenários para o regime.	
5.	Coronel AMID HUSAIN AL KUNI  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970)	Governador de Ghat (sul da Líbia). Participou directamente no recrutamento de mercenários.	

The following individuals are listed as subject to both the travel ban and the assets freeze:

As seguintes pessoas singulares estão inseridas na lista como estando sujeitas tanto à proibição de viajar como ao congelamento de bens:

<i>Number</i>	<i>Name</i>	<i>Justification</i>	<i>Identifiers</i>
1	Dorda, Abu Zayd Umar  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Position: Director, External Security Organisation. Regime loyalist. Head of external intelligence agency.	

<i>Número</i>	<i>Nome</i>	<i>Justificação</i>	<i>Identificadores</i>
1.	Dorda, Abu Zayd Umar  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Director da Organização da Segurança Externa. Fiel ao regime. Chefe da Agência de Informações Externas.	

<i>Number</i>	<i>Name</i>	<i>Justification</i>	<i>Identifiers</i>
2	Jabir, Major General Abu Bakr Yunis  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Position: Defence Minister. Overall responsibility for actions of armed forces.	<b>Title:</b> Major General <b>DOB:</b> 1952 <b>POB:</b> Jalo, Libya
3	Matuq, Matuq Mohammed  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Position: Secretary for Utilities. Senior member of regime. Involvement with Revolutionary Committees. Past history of involvement in suppression of dissent and violence.	<b>DOB:</b> 1956 <b>POB:</b> Khoms, Libya
4	Qadhafi, Aisha Muammar  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Daughter of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime.	<b>DOB:</b> 1978 <b>POB:</b> Tripoli, Libya
5	Qadhafi, Hannibal Muammar  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Son of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime.	Passport number: B/002210 <b>DOB:</b> 20 September 1975 <b>POB:</b> Tripoli, Libya

<i>Número</i>	<i>Nome</i>	<i>Justificação</i>	<i>Identificadores</i>
2.	Jabir, Major General Abu Bakr Yunis  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Cargo: Ministro da Defesa Responsabilidade geral pelas acções das forças armadas.	<b>Título:</b> Major General <b>Data de nascimento:</b> 1952 <b>Local de nascimento:</b> Jalo, Líbia
3.	Matuq, Matuq Mohammed  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Cargo: Secretário dos Serviços Públicos Secretário dos Serviços Públicos. Alto funcionário do regime. Participação nos Comitês Revolucionários. Antecedentes de ter participado na repressão da dissidência e em actos de violência.	<b>Data de nascimento:</b> 1956 <b>Local de nascimento:</b> Khoms, Líbia
4.	Qadhafi, Aisha Muammar  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Filha de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime.	<b>Data de nascimento:</b> 1978 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia
5.	Qadhafi, Hannibal Muammar  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Filho de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime.	Número de passaporte: B/002210 <b>Data de nascimento:</b> 20/9/1975 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia

<i>Number</i>	<i>Name</i>	<i>Justification</i>	<i>Identifiers</i>
6	Qadhafi, Khamis Muammar  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Son of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime. Command of military units involved in repression of demonstrations.	<b>DOB:</b> 1978 <b>POB:</b> Tripoli, Libya
7	Qadhafi, Mohammed Muammar  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Son of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime	<b>DOB:</b> 1970 <b>POB:</b> Tripoli, Libya
8	Qadhafi, Muammar Mohammed Abu Minyar  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Leader of the Revolution, Supreme Commander of Armed Forces. Responsibility for ordering repression of demonstrations, human rights abuses.	<b>DOB:</b> 1942. <b>POB:</b> Sirte, Libya
9	Qadhafi, Mutassim  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	National Security Adviser. Son of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime.	<b>DOB:</b> 1976. <b>POB:</b> Tripoli, Libya.
10	Qadhafi, Saadi  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Commander Special Forces. Son of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime. Command of military units involved in repression of demonstrations	Passport number: 014797 <b>DOB:</b> 27 May 1973 <b>POB:</b> Tripoli, Libya

<i>Número</i>	<i>Nome</i>	<i>Justificação</i>	<i>Identificadores</i>
6.	Qadhafi, Khamis Muammar  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Filho de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime. Comando de unidades militares envolvidas na repressão de manifestações.	<b>Data de nascimento:</b> 1978 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia
7.	Qadhafi, Mohammed Muammar  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Filho de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime.	<b>Data de nascimento:</b> 1970 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia
8.	Qadhafi, Muammar Mohammed Abu Minyar  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Líder da Revolução. Comandante Supremo das Forças Armadas. Responsável por ter ordenado a repressão de manifestações e violado os direitos humanos.	<b>Data de nascimento:</b> 1942 <b>Local de nascimento:</b> Sirte, Líbia
9.	Qadhafi, Mutassim  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Conselheiro em matéria de Segurança Nacional. Filho de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime.	<b>Data de nascimento:</b> 1976 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia
10.	Qadhafi, Saadi  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Comandante das Forças Especiais. Filho de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime. Comando de unidades militares envolvidas na repressão de manifestações.	Número de passaporte: 014797 <b>Data de nascimento:</b> 25/05/1973 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia

<i>Number</i>	<i>Name</i>	<i>Justification</i>	<i>Identifiers</i>
11	Qadhafi, Saif al-Arab  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Son of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime	<b>DOB:</b> 1982 <b>POB:</b> Tripoli, Libya
12	Qadhafi, Saif al-Islam  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Director, Qadhafi Foundation. Son of Muammar Qadhafi. Closeness of association with regime. Inflammatory public statements encouraging violence against demonstrators.	Passport number: B014995 <b>DOB:</b> 25 June 1972 <b>POB:</b> Tripoli, Libya
13	Al-Senussi, Colonel Abdullah  (Listed on 26 February 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970; on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1970)	Position: Director Military Intelligence. Military Intelligence involvement in suppression of demonstrations. Past history includes suspicion of involvement in Abu Selim prison massacre. Convicted in absentia for bombing of UTA flight. Brother-in-law of Muammar Qadhafi.	<b>Title:</b> Colonel <b>DOB:</b> 1949. <b>POB:</b> Sudan
14	AL-BARASSI, Safia Farkash  (Listed on 24 June 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970 and paragraph 19 of resolution 1973)	Married to Muammar QADHAFI since 1970. Owner of Buraq Air (airline company) headquartered in the Mittiga International Airport in Tripoli. Farkash operates the company with the approval of her husband.  Significant personal wealth, which could be used for regime purposes. Her sister Fatima	<b>DOB:</b> 1952 <b>POB:</b> Al Bayda, Libya

<i>Número</i>	<i>Nome</i>	<i>Justificação</i>	<i>Identificadores</i>
11.	Qadhafi, Saif Al-Arab  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Filho de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime.	<b>Data de nascimento:</b> 1982 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia
12.	Qadhafi, Saif Al-Islam  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Director da Fundação Qadhafi. Filho de Muammar Qadhafi. Estreita associação ao regime. Declarações públicas inflamatórias incentivando actos de violência contra manifestantes.	Número de passaporte: B014995 <b>Data de nascimento:</b> 25/06/1972 <b>Local de nascimento:</b> Trípoli, Líbia
13.	Al-Senussi, Colonel Abdullah  (inserido na lista em 26/02/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970; em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1970)	Cargo: Director dos Serviços de Informação Militares. Participação dos Serviços de Informação Militares na repressão de manifestações. O seu passado inclui a suspeita de participação no massacre da prisão de Abu Selim. Condenado à revelia pelo atentado à bomba no voo da UTA. Cunhado de Muammar Qadhafi.	<b>Título:</b> Colonel <b>Data de nascimento:</b> 1949 <b>Local de nascimento:</b> Sudão
14.	AL-BARASSI, Safia Farkash  (inserido na lista em 24/06/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970 nos termos do n.º 19 da Resolução n.º 1973)	Casada com Muammar Qadhafi desde 1970. Proprietária da Buraq Air (companhia aérea) sedeadada no Aeroporto Internacional de Mittiga em Trípoli. A Farkash	<b>Data de nascimento:</b> 1952 <b>Local de nascimento:</b> Al-Bayda, Líbia



Number	Name	Justification	Identifiers
		FARKASH is married to ABDALLAH SANUSSI, head of Libyan military intelligence.	
15	ZLITNI, Abdelhaziz  (Listed on 24 June 2011 pursuant to paragraph 15 of resolution 1970 and paragraph 19 of resolution 1973)	Minister for Planning and Finance in Colonel Qadhafi's Government; involved in violence against demonstrators. Secretary of the General People's Committee for Finance and Planning. Zlitni is currently acting as temporary head of the Central Bank of Libya. He was previously National Oil Corporation Chairman.  Our information suggests that he is currently engaged in trying to raise funds for the regime to replenish Central Bank reserves already spent on sustaining the current military campaign.	<b>DOB:</b> 1935

Número	Nome	Justificação	Identificadores
		exerce funções na empresa com a autorização do seu marido.	
15.	ZLITNI, Abdelhaziz  (inserido na lista em 24/06/2011 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 1970 nos termos do n.º 19 da Resolução n.º 1973)	Ministro para o Planeamento e Finanças no Governo do Coronel Qadhafi; envolvido em actos de violência contra manifestantes. Secretário do Comité Geral Popular para as finanças e planeamento. Zlitni exerce actualmente a chefia interina do Banco Central da Líbia. Foi anteriormente Presidente da National Oil Corporation.  A nossa informação sugere que está empenhado em tentar angariar fundos para reabastecer as reservas do Banco Central que foram gastas no apoio à actual campanha militar	<b>Data de nascimento:</b> 1935

**List of Entities Subject to the Measures Imposed by Paragraph 17 of Resolution 1970 (2011) or Paragraph 19 of Resolution 1973 (2011), as Modified by Paragraph 15 of resolution 2009 (2011) (the Assets Freeze)**

On 16 September 2011, the Security Council adopted resolution 2009 (2011), paragraph 15 of which reads:

“Asset Freeze

...

15. Decides to modify the measures imposed in paragraphs 17, 19, 20 and 21 of resolution 1970 (2011) and paragraph 19 of resolution 1973 (2011) with respect to the Central Bank of

**Lista das entidades sujeitas às medidas impostas no n.º 17 da Resolução n.º 1970 (2011) ou no n.º 19 da Resolução n.º 1973 (2011), tal como modificadas pelo n.º 15 da Resolução n.º 2009 (2011) (congelamento de bens)**

Em 16 de Setembro de 2011, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução n.º 2009 (2011), cujo n.º 15 tem a seguinte redacção:

«Congelamento de bens

...

15. Decide modificar as medidas impostas nos números 17, 19, 20 e 21 da Resolução n.º 1970 (2011) e no n.º 19 da Resolução n.º 1973 (2011) no que respeita ao Banco Central da Líbia, ao

Libya, the Libyan Arab Foreign Bank (LAFB), the Libyan Investment Authority (LIA), and the Libyan Africa Investment Portfolio (LAIP) as follows:

(a) funds, other financial assets and economic resources outside of Libya of the entities mentioned in this paragraph above that are frozen as of the date of this resolution pursuant to measures imposed in paragraph 17 of resolution 1970 (2011) or paragraph 19 of resolution 1973 (2011) shall remain frozen by States unless subject to an exemption as set out in paragraphs 19, 20 or 21 of that resolution or paragraph 16 below;

(b) except as provided in (a), the Central Bank of Libya, the LAFB, the LIA, and the LAIP shall otherwise no longer be subject to the measures imposed in paragraphs 17 of resolution 1970 (2011), including that States are no longer required to ensure that any funds, financial assets or economic resources are prevented from being made available by their nationals or by any individuals or entities within their territories, to or for the benefit of these entities;”

An additional exemption to the asset freeze, as modified, is set out in paragraph 16 of the same resolution.

On 16 December 2011, the Committee removed the names of the Central Bank of Libya and the LAFB from its list. Therefore, these two entities are no longer subject to the asset freeze.

The following entities are listed as subject to the assets freeze, as modified:

Number	Name	Justification	Identifiers
1	Libyan Investment Authority  (Listed on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1973, as modified on 16 September pursuant to paragraph 15 of resolution 2009)	Under control of Muammar Qadhafi and his family, and potential source of funding for his regime.	<b>a.k.a:</b> Libyan Arab Foreign Investment Company (LAFICO) <b>Address:</b> 1 Fateh Tower Office, No 99 22nd Floor, Borgaida Street, Tripoli, Libya, 1103
2	Libyan Africa Investment Portfolio  (Listed on 17 March 2011 pursuant to paragraph 17 of resolution 1973, as modified on 16 September pursuant to paragraph 15 of resolution 2009)	Under control of Muammar Qadhafi and his family, and potential source of funding for his regime.	<b>Address:</b> Jumahiriya Street, LAP Building, PO Box 91330, Tripoli, Libya

Libyan Foreign Bank (LAFB), à Libyan Investment Authority (LIA) e à Libyan African Investment Portfolio (LAIP) como se segue:

a) os fundos, outros activos financeiros e recursos económicos das entidades mencionadas no presente número *supra* que se encontrem fora da Líbia e que estejam congelados à data da presente resolução por virtude do disposto no n.º 17 da Resolução n.º 1970 (2011) ou no n.º 19 da Resolução n.º 1973 (2011), permanecem congelados pelos Estados salvo se forem objecto de uma excepção nos termos dos números 19, 20 ou 21 dessa resolução ou do n.º 16 *infra*;

b) à excepção do disposto na alínea a), o Banco Central da Líbia, o LAFB, a LIA e a LAIP deixam de estar sujeitos às medidas impostas no n.º 17 da Resolução n.º 1970 (2011), e deixa de ser exigido aos Estados que assegurem que os seus nacionais ou quaisquer outras pessoas ou entidades que se encontrem nos seus territórios não coloquem quaisquer fundos, activos financeiros ou recursos económicos à disposição ou em benefício destas entidades;»

Uma excepção adicional ao congelamento de bens, tal como modificado, encontra-se prevista no n.º 16 da mesma resolução.

Em 16 de Dezembro de 2011, o Comité retirou os nomes do Banco Central da Líbia e da LAFB da sua lista. Assim, estas duas entidades já não se encontram sujeitas ao congelamento de bens.

As seguintes entidades estão inseridas na lista como estando sujeitas ao congelamento de bens, tal como modificada.

Número	Nome	Justificação	Identificadores
1.	Libyan Investment Authority  (inserido na lista em 17/03/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1973, tal como modificada em 16/9 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 2009)	Sob o controlo de Muammar Qadhafi e família, e potencial fonte de financiamento para o seu regime.	<b>T.c.p:</b> Libyan Foreign Investment Company (LAFICO) <b>Endereço:</b> 1 Fateh Tower Office No. 99, 22nd Floor, Borgaida Street, Trípoli, Líbia, 1103
2.	Libyan African Investment Portfolio  (inserido na lista em 17/3/2011 nos termos do n.º 17 da Resolução n.º 1973, tal como modificada em 16/9 nos termos do n.º 15 da Resolução n.º 2009)	Sob o controlo de Muammar Qadhafi e família, e potencial fonte de financiamento para o seu regime.	<b>Endereço:</b> Jumahiriya Street, LAP Building, PO Box 91330, Trípoli, Líbia

## 第 20/2012 號行政長官公告

## Aviso do Chefe do Executivo n.º 20/2012

中華人民共和國就一九九七年九月十七日在蒙特利爾舉行的締約國第九次會議上經第IX/4號決定通過的《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》修正案（下稱“蒙特利爾修正案”）及一九九九年十二月三日在北京舉行的締約國第十一次會議上經第XI/5號決定通過的《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》修正案（下稱“北京修正案”），於二零一零年五月十九日向作為一九八七年九月十六日訂於蒙特利爾的《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》（下稱“蒙特利爾議定書”）保管實體的聯合國秘書長交存接受書。

中華人民共和國於交存接受書之日以照會作出通知，蒙特利爾修正案及北京修正案適用於澳門特別行政區，並再次聲明蒙特利爾議定書第5條的規定不適用於澳門特別行政區。

根據蒙特利爾修正案第3條第3款及北京修正案第3條第3款的規定，該等修正案自二零一零年八月十七日起在國際上對中華人民共和國生效，包括對澳門特別行政區生效。

在上述締約國第九次會議上分別經第IX/1號決定、第IX/2號決定及第IX/3號決定通過對蒙特利爾議定書附件A、附件B及附件E作出調整（下稱“蒙特利爾調整”）。

根據蒙特利爾議定書第2條第9款d項的規定，蒙特利爾調整自一九九八年六月四日起對蒙特利爾議定書所有締約國生效。

在上述締約國第十一次會議上分別經第XI/2號決定、第XI/3號決定及第XI/4號決定通過對蒙特利爾議定書附件A、附件B及附件E作出調整（下稱“北京調整”）。

根據蒙特利爾議定書第2條第9款d項的規定，北京調整自二零零零年七月二十八日起對蒙特利爾議定書所有締約國生效。

基於此，行政長官根據澳門特別行政區第3/1999號法律第六條第一款的規定，命令公佈：

——中華人民共和國送交保管實體關於蒙特利爾修正案及北京修正案適用於澳門特別行政區的通知書中文文本的適用部分；

——蒙特利爾修正案的中文及英文正式文本；

——蒙特利爾調整的中文及英文正式文本；

——北京修正案的中文及英文正式文本；及

——北京調整的中文及英文正式文本。

蒙特利爾議定書的英文正式文本及相應的葡文譯本公佈於一九九二年六月一日第二十二期《澳門政府公報》。蒙特利爾

Considerando que a República Popular da China (RPC) efectuou, em 19 de Maio de 2010, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, na sua qualidade de depositário do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, concluído em Montreal, em 16 de Setembro de 1987 (Protocolo de Montreal), o depósito do seu instrumento de aceitação da Emenda ao Protocolo de Montreal, adoptada pela 9.ª Reunião das Partes, através da sua Decisão IX/4, em Montreal, em 17 de Setembro de 1997 (Emenda de Montreal), e da Emenda ao Protocolo de Montreal, adoptada pela 11.ª Reunião das Partes, através da sua Decisão XI/5, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999 (Emenda de Pequim);

Considerando que, à data do depósito do seu instrumento de aceitação, a RPC notificou que a Emenda de Montreal e a Emenda de Pequim se aplicam à Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), tendo igualmente reiterado a sua declaração de que as disposições do artigo 5.º do Protocolo de Montreal não se aplicam na RAEM;

Considerando que a Emenda de Montreal e a Emenda de Pequim, em conformidade com os n.ºs 3 dos seus artigos 3.º, respectivamente, entraram internacionalmente em vigor para a RPC, incluindo a RAEM, em 17 de Agosto de 2010;

Considerando que, na referida 9.ª Reunião das Partes foram também adoptados, respectivamente, através das Decisões IX/1, IX/2 e IX/3, os Ajustamentos aos Anexos A, B e E do Protocolo de Montreal (Ajustamentos de Montreal);

Considerando ainda que, nos termos da alínea d) do n.º 9 do artigo 2.º do Protocolo de Montreal, os Ajustamentos de Montreal entraram em vigor para todos os Estados Partes no Protocolo de Montreal, em 4 de Junho de 1998;

Considerando igualmente que, na referida 11.ª Reunião das Partes foram também adoptados, respectivamente, através das Decisões XI/2, XI/3 e XI/4, os Ajustamentos aos Anexos A, B e E do Protocolo de Montreal (Ajustamentos de Pequim);

Mais considerando que, nos termos da alínea d) do n.º 9 do artigo 2.º do Protocolo de Montreal, os Ajustamentos de Pequim entraram em vigor para todos os Estados Partes no Protocolo de Montreal, em 28 de Julho de 2000;

O Chefe do Executivo manda publicar, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/1999 da RAEM:

— a parte útil da notificação efectuada pela RPC relativa à aplicação na RAEM da Emenda de Montreal e da Emenda de Pequim, em língua chinesa, tal como enviada ao depositário;

— o texto autêntico em línguas chinesa e inglesa da Emenda de Montreal;

— o texto autêntico em línguas chinesa e inglesa dos Ajustamentos de Montreal;

— o texto autêntico em línguas chinesa e inglesa da Emenda de Pequim, e

— o texto autêntico em línguas chinesa e inglesa dos Ajustamentos de Pequim.

O texto autêntico em língua inglesa do Protocolo de Montreal encontra-se publicado no *Boletim Oficial* de Macau n.º 22, de 1 de Junho de 1992, acompanhado da respectiva tradução para a

議定書的中文正式文本公佈於二零零九年八月十九日第三十三期《澳門特別行政區公報》第二組。

二零一二年四月十日發佈。

行政長官 崔世安

língua portuguesa. O texto autêntico em língua chinesa do Protocolo de Montreal encontra-se publicado no *Boletim Oficial* da Região Administrativa Especial de Macau n.º 33, II Série, de 19 de Agosto de 2009.

Promulgado em 10 de Abril de 2012.

O Chefe do Executivo, *Chui Sai On*.

## 通知書

(二零一零年五月十八日第 CML/16/2010 號文件；

參閱：C. N. 279. 2010. TREATIES-3 (Depositary Notification) 及

C. N. 281. 2010. TREATIES-3 (Depositary Notification))

“.....

我謹向您交存中華人民共和國政府接受一九九七年九月十七日在蒙特利爾通過的《〈關於消耗臭氧層物質蒙特利爾議定書〉蒙特利爾修正案》和一九九九年十二月三日在北京通過的《〈關於消耗臭氧層物質蒙特利爾議定書〉北京修正案》的接受書並代表中國政府陳述如下：

根據《中華人民共和國香港特別行政區基本法》第一百五十三條和《中華人民共和國澳門特別行政區基本法》第一百三十八條的規定，中華人民共和國政府決定，上述修正案適用於中華人民共和國香港特別行政區和中華人民共和國澳門特別行政區。

中華人民共和國政府重申《關於消耗臭氧層物質蒙特利爾議定書》第五條規定不適用於中華人民共和國香港特別行政區和中華人民共和國澳門特別行政區。

.....”

### 締約方第九次會議通過的對《蒙特利爾議定書》的修正

#### 第一條

#### 修正

##### 一、第4條第1之四款

在議定書第4條第1之三款後應增加下面一款：

1 之四. 自本款生效之日起一年之內，每一締約方應禁止從任何非本議定書締約方的國家進口附件E中的受控物質。

##### 二、第4條第2之四款

在議定書第4條第2之三款後應增加下面一款：

2 之四. 自本款生效之日起一年之後，每一締約方應禁止向任何非本議定書締約方的國家出口附件E中的受控物質。

##### 三、第4條第5款、第6款和第7款

議定書第4條第5款、第6款和第7款中的下列文字：

及附件C第二類

### AMENDMENT TO THE MONTREAL PROTOCOL ADOPTED BY THE NINTH MEETING OF THE PARTIES

#### ARTICLE 1: AMENDMENT

##### A. Article 4, paragraph 1 qua.

The following paragraph shall be inserted after paragraph 1 ter of Article 4 of the Protocol:

1 qua. Within one year of the date of entry into force of this paragraph, each Party shall ban the import of the controlled substance in Annex E from any State not party to this Protocol.

##### B. Article 4, paragraph 2 qua.

The following paragraph shall be inserted after paragraph 2 ter of Article 4 of the Protocol:

2 qua. Commencing one year after the date of entry into force of this paragraph, each Party shall ban the export of the controlled substance in Annex E to any State not party to this Protocol.

##### C. Article 4, paragraph 5, 6 and 7

In paragraphs 5, 6, and 7 of Article 4 of the Protocol, for the words:

and Group II of Annex C

應改為：

、附件C第二類和附件E

there shall be substituted:

Group II of Annex C and Annex E

四、第4條第8款

D. Article 4, paragraph 8

議定書第4條第8款中的下列文字：

In paragraph 8 of Article 4 of the Protocol, for the words:

第2G條

Article 2G

應改為：

there shall be substituted:

第2G和第2H條

Article 2G and 2H

E. Article 4A: Control of trade with Parties

五、第4A條 與締約方貿易的控制

The following Article shall be added to the Protocol as Article 4A:

在議定書中應增加下面一條作為第4A條：

1. Where, after the phase-out date applicable to it for a controlled substance, a Party is unable, despite having taken all practicable steps to comply with its obligation under the Protocol, to cease production of that substance for domestic consumption, other than for uses agreed by the Parties to be essential, it shall ban the export of used, recycled and reclaimed quantities of that substance, other than for the purpose of destruction.

1. 如一締約方儘管已為履行議定書為其規定的各項義務採取了所有切實的步驟，但在適用於該締約方的某一受控物質淘汰日期之後，仍未能停止為其國內消費目的而生產未經各締約方商定屬於必要用途的該物質，則該締約方應禁止出口已經使用、已經再循環和已經回收的此類物質，但用於銷毀目的的情況除外。

2. 本條第1款的適用不得損害公約第11條和議定書第8條所規定的不遵守程序的實施。

2. Paragraph 1 of this Article shall apply without prejudice to the operation of Article 11 of the Convention and the non-compliance procedure developed under Article 8 of the Protocol.

六、第4B條 許可證制度

F. Article 4B: Licensing

在議定書中應增加下面一條作為第4B條：

The following Article shall be added to the Protocol as Article 4B:

1. 每一締約方應於2000年1月1日之前或在本條對其正式生效後三個月之內，以其中較遲者為準，建立並實施對新的、已經使用、已經再循環和已經回收的附件A、附件B、附件C和附件E中的受控物質的進出口許可證制度。

1. Each Party shall, by 1 January 2000 or within three months of the date of entry into force of this Article for it, whichever is the later, establish and implement a system for licensing the import and export of new, used, recycled and reclaimed controlled substances in Annexes A, B, C and E.

2. 儘管有本條第1款的規定，但任何按照第5條第1款行事的締約方如認定其不能建立並實施對附件C和附件E中的受控物質的進出口許可證制度，則該締約方可以分別於2005年1月1日和2002年1月1日之前暫緩採取此種行動。

2. Notwithstanding paragraph 1 of this Article, any Party operating under paragraph 1 of Article 5 which decides it is not in a position to establish and implement a system for licensing the import and export of controlled substances in Annexes C and E, may delay taking those actions until 1 January 2005 and 1 January 2002, respectively.

3. 每一締約方應於實施這一許可證制度後三個月之內，向秘書處報告有關建立和實施這一制度的情況。

3. Each Party shall, within three months of the date of introducing its licensing system, report to the Secretariat on the establishment and operation of that system.

4. 秘書處應定期編製並向所有締約方分發已向秘書處報告了有關許可證制度情況的締約方的名單，並將此資料轉交履行委員會，供其審議並向各締約方提出適當的建議。

4. The Secretariat shall periodically prepare and circulate to all Parties a list of the Parties that have reported to it on their licencing systems and shall forward this information to the Implementation Committee for consideration and appropriate recommendations to the Parties.

第二條  
與1992年修正案的關係

任何國家或區域經濟一體化組織不得對本修正案交存批准、接受、核准或加入文書，除非該國或該組織此前已經或同時對締約方第四次會議於1992年11月25日在哥本哈根通過的修正案交存了此種文書。

第三條  
生效

一、本修正案應於1999年1月1日生效，但屆時必須已有成為《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》的締約方的國家或區域經濟一體化組織交存至少二十份批准、接受或核准本修正案的文書。如屆時這一條件尚未滿足，本修正案應於這一條件滿足後的第九十天開始生效。

二、為第一款的目的，區域經濟一體化組織交存的任何此種文書不得在該組織成員國交存的文書之外額外計算。

三、本修正案在按照第一款規定生效後，應於本議定書任何其他締約方交存其批准、接受或核准文書之日後第九十天對其生效。

對《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》附件 A  
中所列控制物質的調整

A. 第2A條：氟氯化碳

1. 應以下列一句取代《議定書》第2A條第4款中的第三句：

但為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要，其生產的計算數量可超過這一限額，超出部分可相當於其1995至1997年（含）期間為滿足其國內基本需要而生產的附件A第一類控制物質的年平均計算數量。

2. 應在《議定書》2A條第4款之後增列以下各款：

5. 每一締約方應確保，在2003年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件A第一類控制物質的計算數量不超過其1995至1997年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的這些物質的年平均生產計算數量的百分之八十。

6. 每一締約方應確保，在2005年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事

ARTICLE 2: RELATIONSHIP TO THE 1992 AMENDMENT

No State or regional economic integration organization may deposit an instrument of ratification, acceptance, approval or accession to this Amendment unless it has previously, or simultaneously, deposited such an instrument to the Amendment adopted at the Fourth Meeting of the Parties in Copenhagen, 25 November 1992.

ARTICLE 3: ENTRY INTO FORCE

1. This Amendment shall enter into force on 1 January 1999, provided that at least twenty instruments of ratification, acceptance or approval of the Amendment have been deposited by States or regional economic integration organizations that are Parties to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer. In the event that this condition has not been fulfilled by that date, the Amendment shall enter into force on the ninetieth day following the date on which it has been fulfilled.

2. For the purposes of paragraph 1, any such instrument deposited by a regional economic integration organization shall not be counted as additional to those deposited by member States of such organization.

3. After the entry into force of this Amendment, as provided under paragraph 1, it shall enter into force for any other Party to the Protocol on the ninetieth day following the date of deposit of its instrument of ratification, acceptance or approval.

ADJUSTMENTS TO THE MONTREAL PROTOCOL  
ON SUBSTANCES  
THAT DEplete THE OZONE LAYER RELATING  
TO CONTROLLED  
SUBSTANCES IN ANNEX A

A. Article 2A: CFCs

1. The third sentence of paragraph 4 of Article 2A of the Protocol shall be replaced by the following sentence:

However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5, its calculated level of production may exceed that limit by a quantity equal to the annual average of its production of the controlled substances in Group I of Annex A for basic domestic needs for the period 1995 to 1997 inclusive.

2. The following paragraphs shall be added after paragraph 4 of Article 2A of the Protocol:

5. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2003 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex A for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5 does not exceed eighty per cent of the annual average of its production of those substances for basic domestic needs for the period 1995 to 1997 inclusive.

6. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2005 and in each twelve-month period

的締約方的國內基本需要而生產的附件A第一類控制物質的計算數量不超過其1995至1997年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的這些物質的年平均生產計算數量的百分之五十。

7. 每一締約方應確保，在2007年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件A第一類控制物質的計算數量不超過其1995至1997年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的這些物質的年平均生產計算數量的百分之十五。

8. 每一締約方應確保，在2010年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件A第一類控制物質的生產計算數量不超過零。

9. 就計算本條第4至8款所述的國內基本需要而言，計算締約方年度平均生產數量時包括根據第2條第5款有權轉讓的生產量，但不包括締約方根據第2條第5款已獲得的任何生產量。

#### B. 第2B條：哈龍

1. 應以下列一句取代《議定書》第2B條第2款中的第三句：

但為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要，其生產計算數量於2002年1月1日之前可超過這一限額，超出部分至多為其1986年生產計算數量的百分之十五；其後，超出這一限額的部分可相當於其1995至1997年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的附件A第二類控制物質的年平均生產計算數量。

2. 應在《議定書》第2B條第2款之後增列以下各款：

3. 每一締約方應確保，在2005年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件A第二類控制物質的生產計算數量不超過其1995至1997年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的這些物質的年平均生產計算數量的百分之五十。

4. 每一締約方應確保，在2010年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件A第二類控制物質的生產計算數量不超過零。

thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex A for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph 1 of Article 5 does not exceed fifty per cent of the annual average of its production of those substances for basic domestic needs for the period 1995 to 1997 inclusive.

7. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2007 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex A for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph 1 of Article 5 does not exceed fifteen per cent of the annual average of its production of those substances for basic domestic needs for the period 1995 to 1997 inclusive.

8. Each Party, shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2010 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex A for the basic domestic needs of the Parties operating, under paragraph I of Article 5 does not exceed zero.

9. For the purposes of calculating basic domestic needs under paragraphs 4 to 8 of this Article, the calculation of the annual average of production by a Party includes any production entitlements that it has transferred in accordance with paragraph 5 of Article 2, and excludes any production entitlements that it has acquired in accordance with paragraph 5 of Article 2.

#### B. Article 2B: Halons

1. The third sentence of paragraph 2 of Article 2B of the Protocol shall be replaced by the following sentence:

However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5, its calculated level of production may, until 1 January 2002 exceed that limit by up to fifteen per cent of its calculated level of production in 1986; thereafter, it may exceed that limit by a quantity equal to the annual average of its production of the controlled substances in Group II of Annex A for basic domestic needs for the period 1995 to 1997 inclusive.

2. The following paragraphs shall be added after paragraph 2 of Article 2B of the Protocol:

3. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2005 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group II of Annex A for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5 does not exceed fifty per cent of the annual average of its production of those substances for basic domestic needs for the period 1995 to 1997 inclusive.

4. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2010 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group II of Annex A for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5 does not exceed zero.

**對《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》附件 B  
中所列控制物質的調整**

**第2C條：其他全鹵化氟氯化碳**

1. 應以下列一句取代《議定書》第2C條第3款中的第三句：

但為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要，其生產計算數量於2003年1月1日之前可超過這一限額，超出部分至多為其1989年生產計算數量的百分之十五；其後，超出部分可相當於其1998至2000年（含）期間為滿足其國內基本需要而生產的附件B第一類控制物質的年平均生產計算數量的百分之八十。

2. 應在《議定書》第2C條第3款之後增列以下兩款：

4. 每一締約方應確保，在2007年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件B第一類控制物質的計算數量不超過其1998至2000年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的這些物質的年平均生產計算數量的百分之十五。

5. 每一締約方應確保，在2010年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件B第一類控制物質的生產計算數量不超過零。

**對《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》附件 E  
中所列控制物質的調整**

**第2H條：甲基溴**

1. 應以下列一句取代《議定書》第2H條第5款中的第三句：

但為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要，其生產計算數量於2002年1月1日之前可超過這一限額，超出部分至多為其1991年生產計算數量的百分之十五；其後，超過部分可相當於其1995至1998年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的附件E控制物質的年平均生產計算數量。

2. 應在《議定書》第2H條第5款之後增列以下兩款：

5 之二. 每一締約方應確保，在2005年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款

**ADJUSTMENTS TO THE MONTREAL PROTOCOL ON  
SUBSTANCES THAT DEplete  
THE, OZONE LAYER RELATING TO CONTROLLED  
SUBSTANCES IN ANNEX B**

**Article 2C: Other fully halogenated CFCs**

1. The third sentence of paragraph 3 of Article 2C of the Protocol shall be replaced by the following sentence:

However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5, its calculated level of production may, until 1 January 2003 exceed that limit by up to fifteen per cent of its calculated level of production in 1989; thereafter, it may exceed that limit by a quantity equal to eighty per cent of the annual average of its production of the controlled substances in Group I of Annex B for basic domestic needs for the period 1998 to 2000 inclusive.

2. The following paragraphs shall be added after paragraph 3 of Article 2C of the Protocol:

4. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2007 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex B for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5 does not exceed fifteen per cent of the annual average of its production of those substances for basic domestic needs for the period 1998 to 2000 inclusive.

5. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2010 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex B for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5 does not exceed zero.

**ADJUSTMENTS TO THE MONTREAL PROTOCOL ON  
SUBSTANCES THAT DEplete  
THE OZONE LAYER RELATING TO THE CONTROLLED  
SUBSTANCE IN ANNEX E**

**Article 2H: Methyl bromide**

1. The third sentence of paragraph 5 of Article 2H of the Protocol shall be replaced by the following sentence:

However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5, its calculated level of production may, until 1 January 2002 exceed that limit by up to fifteen per cent of its calculated level of production in 1991; thereafter, it may exceed that limit by a quantity equal to the annual average of its production of the controlled substance in Annex E for basic domestic needs for the period 1995 to 1998 inclusive.

2. The following paragraphs shall be added after paragraph 5 of Article 2H of the Protocol:

5 bis. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2005 and in each twelve-month



行事的締約方的國內基本需要而生產的附件E控制物質的生產計算數量不超過其1995至1998年（含）期間為滿足國內基本需要而生產的這些物質的年平均生產計算數量的百分之八十。

5 之三. 每一締約方應確保，在2015年1月1日起的十二個月期間內及其後每十二個月期間，其為滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需要而生產的附件E控制物質的生產計算數量不超過零。

《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》

修正案

第一條

修正

一、第2條第5款

議定書第2條第5款中的下列文字：

第2A條至第2E條

應改為：

第2A條至第2F條

二、第2條第8款（a）項和第11款

議定書第2條第8款（a）項和第11款中的下列文字：

第2A條至第2H條

應改為：

第2A條至第2I條

三、第2F條第8款

在議定書第2F條第7款後應增加下面一款：

8. 生產一種或一種以上此類物質的每一締約方應確保，在2004年1月1日起的十二個月內，及此後每十二個月內，其附件C中的第一類受控物質的生產計算數量每年不超過以下兩個總數的平均數：

（1）1989年附件C中的第一類受控物質的消費計算數量與1989年附件A中的第一類受控物質消費計算數量的百分之二點八的總和；以及

（2）1989年附件C中的第一類受控物質的生產計算數量與1989年附件A中的第一類受控物質生產計算數量的百分之二點八的總和。

period thereafter, its calculated level of production of the controlled substance in Annex E for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5 does not exceed eighty per cent of the annual average of its production of the substance for basic domestic needs for the period 1995 to 1998 inclusive.

5 ter. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2015 and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substance in Annex E for the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph I of Article 5 does not exceed zero.

AMENDMENT TO THE MONTREAL PROTOCOL ON SUBSTANCES THAT DEplete THE OZONE LAYER

Article 1: Amendment

A. Article 2, paragraph 5

In paragraph 5 of Article 2 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2E

there shall be substituted:

Articles 2A to 2F

B. Article 2, paragraphs 8(a) and 11

In paragraphs 8(a) and 11 of Article 2 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2H

there shall be substituted:

Articles 2A to 2I

C. Article 2F, paragraph 8

The following paragraph shall be added after paragraph 7 of Article 2F of the Protocol:

8. Each Party producing one or more of these substances shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2004, and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex C does not exceed, annually, the average of:

(a) The sum of its calculated level of consumption in 1989 of the controlled substances in Group I of Annex C and two point eight per cent of its calculated level of consumption in 1989 of the controlled substances in Group I of Annex A; and

(b) The sum of its calculated level of production in 1989 of the controlled substances in Group I of Annex C and two point eight per cent of its calculated level of production in 1989 of the controlled substances in Group I of Annex A.

然而，為了滿足按第5條第1款行事的締約方的國內基本需求，其生產計算數量可超過這一限額，超出部分至多為上文規定的附件C中的第一類受控物質生產計算數量的百分之十五。

#### 四、第2I條

在議定書第2H條後應增加下面一條：

第2I條：溴氯甲烷

每一締約方應確保，在2002年1月1日起的十二個月內，及此後每十二個月內，其附件C中的第三類受控物質的生產和消費計算數量不超過零。除非締約方決定為滿足其同意的必要用途而允許必需的生產或消費數量，本款應予適用。

#### 五、第3條

議定書第3條中的下列文字：

第2條、第2A至第2H條

應改為：

第2條、第2A至第2I條

#### 六、第4條第1之五款和第1之六款

在議定書第4條第1之四款後應增加下面兩款：

1 之五. 自2004年1月1日起，每一締約方應禁止從非本議定書締約方的任何國家進口附件C中的第一類受控物質。

1 之六. 自本款生效之日起一年內，每一締約方應開始禁止從非本議定書締約方的任何國家進口附件C中的第三類受控物質。

#### 七、第4條第2之五款和第2之六款

在議定書第4條第2之四款後應增加下面兩款：

2 之五. 自2004年1月1日起，每一締約方應禁止向非本議定書締約方的任何國家出口附件C中的第一類受控物質。

2 之六. 自本款生效之日起一年內，每一締約方應開始禁止向非本議定書締約方的任何國家出口附件C中的第三類受控物質。

#### 八、第4條第5款至第7款

議定書第4條第5款至第7款中的下列文字：

附件A和B、附件C第二類和附件E

However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph 1 of Article 5, its calculated level of production may exceed that limit by up to fifteen per cent of its calculated level of production of the controlled substances in Group I of Annex C as defined above.

#### D. Article 2I

The following Article shall be inserted after Article 2H of the Protocol:

#### Article 2I: Bromochloromethane

Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2002, and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of consumption and production of the controlled substance in Group III of Annex C does not exceed zero. This paragraph will apply save to the extent that the Parties decide to permit the level of production or consumption that is necessary to satisfy uses agreed by them to be essential.

#### E. Article 3

In Article 3 of the Protocol, for the words:

Articles 2, 2A to 2H

there shall be substituted:

Articles 2, 2A to 2I

F. Article 4, paragraphs 1 *quin.* and 1 *sex.*

The following paragraphs shall be added to Article 4 of the Protocol after paragraph 1 *qua*:

1 *quin.* As of 1 January 2004, each Party shall ban the import of the controlled substances in Group I of Annex C from any State not party to this Protocol.

1 *sex.* Within one year of the date of entry into force of this paragraph, each Party shall ban the import of the controlled substance in Group III of Annex C from any State not party of this Protocol.

G. Article 4, paragraphs 2 *quin.* and 2 *sex.*

The following paragraphs shall be added to Article 4 of the Protocol after paragraph 2 *qua*:

2 *quin.* As of 1 January 2004, each Party shall ban the export of the controlled substances in Group I of Annex C to any State not party to this Protocol.

2 *sex.* Within one year of the date of entry into force of this paragraph, each Party shall ban the export of the controlled substance in Group III of Annex C to any State not party of this Protocol.

H. Article 4, paragraphs 5 to 7

In paragraphs 5 to 7 of Article 4 of the Protocol, for the words:

Annexes A and B, Group II of Annex C and Annex E

應改為：

附件A、附件B、附件C和附件E

九、第4條第8款

議定書第4條第8款中的下列文字：

第2A至第2E、第2G和2H條

應改為：

第2A條至第2I條

十、第5條第4款

議定書第5條第4款中的下列文字：

第2A至第2H條

應改為：

第2A至第2I條

十一、第5條第5款和第6款

議定書第5條第5款和第6款中的下列文字：

第2A至第2E條

應改為：

第2A條至第2E條及第2I條

十二、第5條第8之三款（a）項

在第5條第8之三款（a）項末尾處應增加下面句子：

自2016年1月1日起，按本條第1款行事的每一締約方均應遵守第2F條第8款規定的控制措施，並應使用2015年生產與消費計算數量的平均數作為遵守此類控制措施的基礎；

十三、第6條

議定書第6條中的下列文字：

第2A至第2H條

應改為：

第2A至第2I條

十四、第7條第2款

議定書第7條第2款中的下列文字：

附件B和C

there shall be substituted:

Annexes A, B, C and E

I. Article 4, paragraph 8

In paragraph 8 of Article 4 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2E, Articles 2G and 2H

there shall be substituted:

Articles 2A to 2I

J. Article 5, paragraph 4

In paragraph 4 of Article 5 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2H

there shall be substituted:

Articles 2A to 2I

K. Article 5, paragraphs 5 and 6

In paragraphs 5 and 6 of Article 5 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2E

there shall be substituted:

Articles 2A to 2E and Article 2I

L. Article 5, paragraph 8 *ter* (a)

The following sentence shall be added at the end of subparagraph 8 *ter* (a) of Article 5 of the Protocol:

As of 1 January 2016 each Party operating under paragraph 1 of this Article shall comply with the control measures set out in paragraph 8 of Article 2F and, as the basis for its compliance with these control measures, it shall use the average of its calculated levels of production and consumption in 2015.

M. Article 6

In Article 6 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2H

there shall be substituted:

Articles 2A to 2I

N. Article 7, paragraph 2

In paragraph 2 of Article 7 of the Protocol, for the words:

Annexes B and C

應改為：

附件B及附件C中的第一類和第二類

#### 十五、第7條第3款

在議定書第7條第3款第一句後應增加下面句子：

每一締約方應向秘書處提供有關用於檢疫和裝運前用途的附件E中的受控物質數量的年度統計數據。

#### 十六、第10條

議定書第10條第1款中的下列文字：

第2A至2E條

應改為：

第2A條至第2E條及第2I條

#### 十七、第17條

議定書第17條中的下列文字：

第2A至2H條

應改為：

第2A條至第2I條

#### 十八、附件C

在議定書附件C中應增列以下一類物質：

類別	物質	導構體數目	消耗臭氧潛能值
第三類			
CH <sub>2</sub> BrCl	溴氯甲烷	1	0.12

#### 第二條

##### 與1997年修正案的關係

任何國家或區域經濟一體化組織不得對本修正案交存批准、接受、核准或加入文書，除非該國或該組織此前已經或同時對締約方第九次會議於1997年9月17日在蒙特利爾通過的修正案交存了此種文書。

#### 第三條

##### 生效

一、本項修正案應於2001年1月1日生效，但屆時必須已有成為《關於消耗臭氧層物質的蒙特利爾議定書》的締約方的國家或區域經濟一體化組織交存至少有二十份批准、接受或核准本修正案的文書。如屆時這一條件尚未滿足，本修正案應於這一條件滿足後的第九十天開始生效。

there shall be substituted:

Annex B and Groups I and II of Annex C

#### O. Article 7, paragraph 3

The following sentence shall be added after the first sentence of paragraph 3 of Article 7 of the Protocol:

Each Party shall provide to the Secretariat statistical data on the annual amount of the controlled substance listed in Annex E used for quarantine and pre-shipment applications.

#### P. Article 10

In paragraph 1 of Article 10 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2E

there shall be substituted:

Articles 2A to 2E and Article 2I

#### Q. Article 17

In Article 17 of the Protocol, for the words:

Articles 2A to 2H

there shall be substituted:

Articles 2A to 2I

#### R. Annex C

The following group shall be added to Annex C to the Protocol:

Group	Substance	Number of Isomers	Ozone-Depleting Potential
Group III			
CH <sub>2</sub> BrCl	bromochloromethane	1	0.12

#### Article 2: Relationship to the 1997 Amendment

No State or regional economic integration organization may deposit an instrument of ratification, acceptance or approval of or accession to this Amendment unless it has previously, or simultaneously, deposited such an instrument to the Amendment adopted at the Ninth Meeting of the Parties in Montreal, 17 September 1997.

#### Article 3: Entry into force

1. This Amendment shall enter into force on 1 January 2001, provided that at least twenty instruments of ratification, acceptance or approval of the Amendment have been deposited by States or regional economic integration organizations that are Parties to the Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer. In the event that this condition has not been fulfilled by that date, the Amendment shall enter into force on the ninetieth day following the date on which it has been fulfilled.

二、為第一款的目的，區域經濟一體化組織交存的任何此種文書不得在該組織成員國交存的文書之外額外計算。

三、本修正案在按照第一款規定生效之後，應於本議定書任何其他締約方交存其批准、接受或核准文書之日後第九十天對其生效。

**締約國第九次會議就附件 A 中所列管制物質商定的  
調整**

第5條、第3款

應在《議定書》第5條第3(a)款“確定其執行”後增加下列字句：

關於消費量的

應在《議定書》第5條第3款中添加下列分款：

(c) 對於附件A所列控制物質，其1995至1997年每年生產的計算數量的平均值或生產的計算數量為人均0.3公斤，取兩者中數值較低者作為確定是否其執行關於生產量的管制措施的基準。

**締約國第九次會議就附件 B 中所列管制物質商定的  
調整**

第5條、第3款

應在《議定書》第5條第3(b)款“確定其執行”後增加下列字句：

關於消費量的

應在《議定書》第5條第3款中增加下列分款：

(d) 對於附件B所列控制物質，其1998至2000年每年生產的計算數量的平均值或生產的計算數量為人均0.2公斤，取兩者中數值較低者作為確定其是否執行有關生產量的管制措施的基準。

**締約國第九次會議就附件 E 所列控制物質商定的調整**

**A. 第2H條：甲基溴**

1. 應以下列款項取代《議定書》第2H條第2至4款：

2. 每一締約國應確保，在1999年1月1日起的十二個月期間，及其後每十二個月期間，其附件E控制物質的消

2. For the purpose of paragraph 1, any such instrument deposited by a regional economic integration organization shall not be counted as additional to those deposited by member States of such organization.

3. After the entry into force of this Amendment, as provided under paragraph 1, it shall enter into force for any other Party to the Protocol on the ninetieth day following the date of deposit of its instrument of ratification, acceptance of approval.

**ADJUSTMENTS AGREED AT THE NINTH MEETING OF  
THE PARTIES RELATING  
TO CONTROLLED SUBSTANCES IN ANNEX A**

Article 5, paragraph 3

The following words shall be added at the end of paragraph 3 (a) of Article 5 of the Protocol:

relating to consumption

The following subparagraph shall be added to paragraph 3 of Article 5 of the Protocol:

(c) For controlled substances under Annex A, either the average of its annual calculated level of production for the period 1995 to 1997 inclusive or a calculated level of production of 0.3 kilograms per capita, whichever is the lower, as the basis for determining its compliance with the control measures relating to production.

**ADJUSTMENTS AGREED AT THE NINTH MEETING OF  
THE PARTIES RELATING  
TO CONTROLLED SUBSTANCES IN ANNEX B**

Article 5, paragraph 3

The following words shall be added at the end of paragraph 3 (b) of Article 5 of the Protocol:

relating to Consumption

The following subparagraph shall be added to paragraph 3 of Article 5 of the Protocol:

(d) For controlled substances under Annex B, either the average of its annual calculated level of production for the period 1998 to 2000 inclusive or a calculated level of production of 0.2 kilograms per capita, whichever is the lower, as the basis for determining its compliance with the control measures relating to production.

**ADJUSTMENTS AGREED THE NINTH MEETING OF  
THE PARTIES RELATING  
TO THE CONTROLLED SUBSTANCE IN ANNEX E**

**A. Article 2H: Methyl bromide**

1. Paragraphs 2 to 4 of Article 2H of the Protocol shall be replaced by the following paragraphs:

2. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 1999, and in the twelve-month period

費計算數量每年不超過其1991年消費計算數量的百分之七十五。生產該物質的每一締約國應確保其在一期間內該物質的生產計算數量每年不超過其1991年生產計算數量的百分之七十五。但為滿足按照第5條第1款行事的締約國的國內基本需要，其生產計算數量可超過這一限額，超出部分至多為其1991年生產計算數量的百分之十。

3. 每一締約國應確保，在2001年1月1日起的十二個月期間，及其後每十二個月期間，其附件E控制物質的消費計算數量每年不超過其1991年消費計算數量的百分之五十。生產該物質的每一締約國應確保其在一期間內該物質的生產計算數量每年不超過其1991年生產計算數量的百分之五十。但為滿足按照第5條第1款行事的締約國的國內基本需要，其生產計算數量可超過這一限額，超出部分至多為其1991年生產計算數量的百分之十。

4. 每一締約國應確保，在2003年1月1日起的十二個月期間，及其後每十二個月期間，其附件E控制物質的消費計算數量每年不超過其1991年消費計算數量的百分之三十。生產該物質的每一締約國應確保其在一期間內該物質的生產計算數量每年不超過其1991年生產計算數量的百分之三十。但為滿足按照第5條第1款行事的締約國的國內基本需要，其生產計算數量可超過這一限額，超出部分至多為其1991年生產計算數量的百分之十。

5. 每一締約國應確保，在2005年1月1日起的十二個月期間，及其後每十二個月期間，其附件E控制物質的消費計算數量每年不超過零。生產該物質的每一締約國應確保其在一期間內該物質的生產計算數量每年不超過零。但為滿足按照第5條第1款行事的締約國的國內基本需要，其生產計算數量可超過這一限額，超出部分至多為其1991年生產計算數量的百分之十五。除各締約國決定允許必要的生產或消費數量以滿足它們商定的關鍵性用途外，本款將予適用。

2. 《議定書》第2H條第5款應變為第6款。

#### B. 第5條，第8之三（d）款

1. 應將下列各項插入《議定書》第5條，第8之三（d）

（i）款之後：

（ii）每一按本條第1款行事的締約國應確保在2005年1月1日起的十二個月期間，及其後每十二個月期間，其附件E控制

thereafter, its calculated level of consumption of the controlled substance in Annex E does not exceed, annually, seventy-five per cent of its calculated level of consumption in 1991. Each Party producing the substance shall, for the same periods, ensure that its calculated level of production of the substance does not exceed, annually, seventy-five per cent of its calculated level of production in 1991. However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph 1 of Article 5, its calculated level of production may exceed that limit by up to ten per cent of its calculated level of production in 1991.

3. Each Party shall ensure, that for the twelve-month period commencing on 1 January 2001, and in the twelve-month period thereafter, its calculated level of consumption of the controlled substance in Annex E does not exceed, annually, fifty per cent of its calculated level of consumption in 1991. Each Party producing the substance shall, for the same periods, ensure that its calculated level of production of the substance does not exceed, annually, fifty per cent of its calculated level of production in 1991. However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph 1 of Article 5, its calculated level of production may exceed that limit by up to ten per cent of its calculated level of production in 1991.

4. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2003, and in the twelve-month period thereafter, its calculated level of consumption of the controlled substance in Annex E does not exceed, annually, thirty per cent of its calculated level of consumption in 1991. Each Party producing the substance shall, for the same periods, ensure that its calculated level of production of the substance does not exceed, annually, thirty per cent of its calculated level of production in 1991. However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph 1 of Article 5, its calculated level of production may exceed that limit by up to ten per cent of its calculated level of production in 1991.

5. Each Party shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2005, and in each twelve-month period thereafter, its calculated level of consumption of the controlled substance in Annex E does not exceed zero. Each Party producing the substance shall, for the same periods, ensure that its calculated level of production of the substance does not exceed zero. However, in order to satisfy the basic domestic needs of the Parties operating under paragraph 1 of Article 5, its calculated level of production may exceed that limit by up to fifteen per cent of its calculated level of production in 1991. This paragraph will apply save to the extent that the Parties decide to permit the level of production or consumption that is necessary to satisfy uses agreed by them to be critical uses.

2. Paragraph 5 of Article 2H of the Protocol shall become paragraph 6.

#### B. Article 5, paragraph 8 ter (d)

1. The following shall be inserted after paragraph 8 ter (d) (i) of Article 5 of the Protocol:

(ii) Each Party operating under paragraph 1 of this Article shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2005, and in each twelve-month period thereafter, its calculated levels of consumption and production of the controlled substance in Annex E do not exceed, annually, eighty per

物質的消費和生產計算數量每年分別不超過其1995至1998年的消費和生產計算數量；

(iii) 每一按本條第1款行事的締約國，在2015年1月1日起的十二個月期間，及其後每十二個月期間，其附件E控制物質的消費和生產計算數量不超過零。除各締約國決定允許必要的生產或消費數量以滿足它們所商定的關鍵性用途外，本款將予適用；

2. 《議定書》第5條第8之三(d)(ii)款應變為第8之三(d)(iv)款。

---

二零一二年四月十日於行政長官辦公室

辦公室主任 譚俊榮

cent of the average of its annual calculated levels of consumption and production, respectively, for the period of 1995 to 1998 inclusive;

(iii) Each Party operating under paragraph 1 of this Article shall ensure that for the twelve-month period commencing on 1 January 2015 and in each twelve-month period thereafter, its calculated levels of consumption and production of the controlled substance in Annex E do not exceed zero. This paragraph will apply save to the extent that the Parties decide to permit the level of production or consumption that is necessary to satisfy uses agreed by them to be critical uses;

2. Paragraph 8 ter (d) (ii) of Article 5 of the Protocol shall become paragraph 8 ter (d) (iv).

---

Gabinete do Chefe do Executivo, aos 10 de Abril de 2012. —  
O Chefe do Gabinete, *Alexis, Tam Chon Weng.*

## 印務局 澳門法例

1979	訓令		\$ 15.00	1999	法律、行政法規及其他	十二月二十日至三十一日	\$ 90.00
1979	法令		\$ 50.00	2000	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 70.00
1980	法令		\$ 30.00			下半年	\$ 90.00
1981	法令		\$ 30.00	2001	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 70.00
1982	法令		\$ 70.00			下半年	\$ 120.00
1983	法令		\$ 70.00	2002	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 70.00
1984	法令		\$ 90.00			下半年	\$ 90.00
1985	法令		\$ 120.00	2003	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 70.00
1986	法令		\$ 90.00			下半年	\$ 100.00
1987	法律、法令及訓令		\$ 120.00	2004	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 90.00
1988	法律、法令及訓令		\$ 230.00			下半年	\$ 130.00
1989	法律、法令及訓令		\$ 300.00	2005	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 70.00
1990	法律、法令及訓令		\$ 280.00			下半年	\$ 80.00
1991	法律、法令及訓令		\$ 250.00	2006	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 80.00
1992	法律、法令	上半年	\$ 110.00			下半年	\$ 90.00
	及訓令	下半年	\$ 180.00	2007	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 70.00
1993	法律、法令	上半年	\$ 180.00			下半年	\$ 90.00
	及訓令	下半年	\$ 250.00	2008	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 70.00
1994	法律、法令	上半年	\$ 200.00			下半年	\$ 90.00
	及訓令	下半年	\$ 450.00	2009	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 90.00
1995	法律、法令	上半年	\$ 360.00			下半年	\$ 90.00
	及訓令	下半年	\$ 350.00	2010	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 90.00
1996	法律、法令	上半年	\$ 220.00			下半年	\$ 90.00
	及訓令	下半年	\$ 370.00	2011	法律、行政法規及其他	上半年	\$ 90.00
1997	法律、法令	上半年	\$ 170.00	1993	對外規則 批示		\$ 120.00
	及訓令	下半年	\$ 200.00	1994	對外規則 批示		\$ 150.00
1998	法律、法令	上半年	\$ 170.00	1995	對外規則 批示		\$ 200.00
	及訓令	下半年	\$ 350.00	1996	對外規則 批示		\$ 135.00
1999	法律、法令及訓令	上半年	\$ 250.00	1997	對外規則 批示		\$ 125.00
1999	法律、法令及訓令	第三季	\$ 180.00	1998	對外規則 批示		\$ 260.00
1999	法律、法令及訓令 (中文版)	十月一日至十二月十九日	\$ 220.00	1999	對外規則 批示		\$ 300.00

## IMPRESA OFICIAL *Legislação de Macau*

1979	Portarias		\$ 15,00	1999	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	20 a 31 Dez.	\$ 90,00
1979	Decretos-Leis		\$ 50,00	2000	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 70,00
1980	Decretos-Leis		\$ 30,00			II Semestre	\$ 90,00
1981	Decretos-Leis		\$ 30,00	2001	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 70,00
1982	Decretos-Leis		\$ 70,00			II Semestre	\$ 120,00
1983	Decretos-Leis		\$ 70,00	2002	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 70,00
1984	Decretos-Leis		\$ 90,00			II Semestre	\$ 90,00
1985	Decretos-Leis		\$ 120,00	2003	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 70,00
1986	Decretos-Leis		\$ 90,00			II Semestre	\$ 100,00
1987	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 120,00	2004	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 90,00
1988	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 230,00			II Semestre	\$ 130,00
1989	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 300,00	2005	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 70,00
1990	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 280,00			II Semestre	\$ 80,00
1991	Leis, Decretos-Leis e Portarias		\$ 250,00	2006	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 80,00
1992	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 110,00			II Semestre	\$ 90,00
		II Semestre	\$ 180,00	2007	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 70,00
1993	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 180,00			II Semestre	\$ 90,00
		II Semestre	\$ 250,00	2008	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 70,00
1994	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 200,00			II Semestre	\$ 90,00
		II Semestre	\$ 450,00	2009	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 90,00
1995	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 360,00			II Semestre	\$ 90,00
		II Semestre	\$ 350,00	2010	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 90,00
1996	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 220,00			II Semestre	\$ 90,00
		II Semestre	\$ 370,00	2011	Leis, Regulamentos Administrativos e outros	I Semestre	\$ 90,00
1997	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 170,00	1993	Despachos Externos		\$ 120,00
		II Semestre	\$ 200,00	1994	Despachos Externos		\$ 150,00
1998	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 170,00	1995	Despachos Externos		\$ 200,00
		II Semestre	\$ 350,00	1996	Despachos Externos		\$ 135,00
1999	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	I Semestre	\$ 250,00	1997	Despachos Externos		\$ 125,00
1999	Leis, Decretos- -Leis e Portarias	III Trimestre	\$ 180,00	1998	Despachos Externos		\$ 260,00
1999	Leis, Decretos- -Leis e Portarias (versão portuguesa)	1 Out. a 19 Dez.	\$ 220,00	1999	Despachos Externos		\$ 300,00



印務局  
Imprensa Oficial

每份售價 \$35.00

PREÇO DESTE NÚMERO \$35,00